

JORGE HENRIQUE PERIPOLLI

O PADRÃO DE AJUDA EXTERNA DOS EUA PARA AS AMÉRICAS NOS GOVERNOS
BUSH E OBAMA

FLORIANÓPOLIS, 2018

JORGE HENRIQUE PERIPOLLI

O PADRÃO DE AJUDA EXTERNA DOS EUA PARA AS AMÉRICAS NOS GOVERNOS
BUSH E OBAMA

Monografia submetida ao Curso de
Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito obrigatório para obtenção do
grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho

FLORIANÓPOLIS, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 (dez) ao aluno Jorge Henrique Peripolli na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina

Msc. Bruno Haeming
Universidade Federal de Santa Catarina

Msc. Laura Mabel Lacaze
Universidade Federal de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS, 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço profundamente à minha família, em especial os meus pais Ingrid e Odilo, por sempre me apoiarem e estarem ao meu lado.

Agradeço ao meu orientador, Jaime Cesar Coelho, que sempre teve muita paciência, acreditou no meu projeto e sempre me auxiliou nesses anos de UFSC.

Sou grato ao INCT-INEU pela bolsa de Iniciação Científica que muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho.

E não poderia deixar de agradecer a toda a equipe do PVC (Pré-vestibular Comunitário), em especial ao Pedro, a Janete e a Rosi) para gratificante oportunidade de poder compartilhar com centenas de jovens um pouco do conhecimento que a universidade me proporcionou.

RESUMO

No pós Segunda Guerra Mundial a ajuda externa passou a ganhar a importância que tem hoje. Durante a segunda metade do século XX ela foi uma importante ferramenta de combate ao comunismo na América Latina. Já no começo do XXI muitos países da América Latina elegem governantes de esquerda e criam várias OI's para aprofundar a integração regional e se afastarem da influência dos Estados Unidos. É nesse mesmo período que os EUA veem a sua hegemonia ameaçada: há os ataques ao WTC, a ascensão da China e a Guerra ao Terror. É nesse contexto que esse trabalho analisa o padrão de ajuda externa estadunidense para a América Latina. Os dados mostram que o alinhamento político com Washington não altera somente o volume total de ajuda, mas sim a finalidade da ajuda e os canais por onde essa ajuda é realizada.

Palavras-chaves: ajuda externa, Estados unidos, América Latina, USAID

ABSTRACT

On the aftermath of the World War II the foreign aid began to gain the importance it has today. During the second half of the XX century it was an important tool to fight the spread of communism in Latin America. At the the beginning oF the XXI century many Latin American countries had elected left-wing leaders created several IO's to deepen regional integration and move away from the influence of the US. It is during this same period that the US sees its hegemony threatened: there are the attacks on the WTC, the rise of China and the War on Terror. It is in this context that this paper analyzes the pattern of US foreign aid to Latin America. The data shows that political alignment with Washington changes not only the total volume of aid, but also purpose of the aid and the channels through which this aid is realized.

Key-words: foreign aid, United States, Latin America, USAID

LISTA DE SIGLAS

AID – Agency for International Development

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CELAC – Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos.

CS – Conselho de Segurança

DAC -Development Assistance Committee

DoD – Department of Defense

DSCA - Defense Security Cooperation Agency

ERP – European Recovery Program

ES – Economic Statecraft

EUA – Estados Unidos da América

FAE – Foreign Aid Explorer

MCC – Millenium Challenge Corporation

MSA – Mutual Security Act

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OEA – Organização dos Estados Americanos

OEEC - Organisation for European Economic Cooperation

OI – Organização Internacional

OMC – Organização Mundial do Comércio

PE – Política Externa

PIB – Produto Interno Bruto

RI – Relações Internacionais

TMD – Teoria Marxista da Dependência

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

USAAR – U.S. Government's Annual Assistance Report

USAID – United States Agency for International Development

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Total de ajuda para o Hemisfério Ocidental (2001-2016)	60
Gráfico 2 Comparação da ajuda militar	70
Gráfico 3 Comparação da ajuda econômica	71
Gráfico 4 Total de ajuda recebida pela Colômbia.....	76
Gráfico 5 Venezuela: total econômico e militar (2001-2016)	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Exemplos de ES Negativo	23
Tabela 2 - Exemplos de ES Positivas.....	24
Tabela 3 Linha do tempo da Maré Rosa.....	51
Tabela 4 Total de Ajuda Militar (2001-2015)	60
Tabela 5 Total de ajuda militar por agência e subagência.....	61
Tabela 6 Total de ajuda econômica por país (2001-2016)	63
Tabela 7 Total de ajuda econômica por agência (2001-2016)	64
Tabela 8 Total de ajuda econômica por setor (USG) - 2001-2016.....	66
Tabela 9 Ajuda econômica por setor (DAC) 2001-2016.....	67
Tabela 10 Canais e subcanais de ajuda econômica (2001-2016).....	68
Tabela 11 Canais e subcanais da ajuda econômica utilizados (2001-2016).....	69
Tabela 12 Comparação da ajuda econômica por agência (2001-2016).....	72
Tabela 13 Comparação por setor (DAC) 2001-2016	73
Tabela 14 Comparação entre os canais utilizados (2001-2016).....	73
Tabela 15 Colômbia: total de ajuda militar por agência e subagência (2001-2016).....	77
Tabela 16 Colômbia: total econômico por agência	77
Tabela 17 Colômbia: total econômico por categoria(USG)	78
Tabela 18 Colômbia: total econômico por categoria (DAC).....	78
Tabela 19 Colômbia: total econômico por canal (2001-2016)	79
Tabela 20 Venezuela: total militar por agência	81
Tabela 21 Venezuela: total econômico por agência	82
Tabela 22 Venezuela: total econômico por categoria(USG)	83
Tabela 23 Venezuela: total econômico por setor (DAC) 2001-2016.....	84
Tabela 24 Venezuela: total econômico por canal (2001-2016).....	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Três fatores de rivalidade indireta	31
--	----

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	10
1. INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	14
1.1.3 Objetivo Geral.....	14
1.1.2 Objetivo Específico	14
1.2 METODOLOGIA	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Economic Statecraft: cenoura ou chicote?	16
2.1.1 Economic Statecraft: entre a espada e o escudo	17
2.1.3 Formas de Economic Statecraft	23
2.2 Geoeconomia.....	24
2.3 – A Ajuda Externa como Economic Statecraft.....	26
2.3.1 Ajuda Externa: uma “isentona”?	26
2.3.2 Foreign Aid: “bom mocismo” internacional?	28
3. A história e a organização da Ajuda Externa estadunidense	36
3.1 Segunda Guerra Mundial: a parteira da Ajuda Externa estadunidense	36
3.2 Plano Marshall: o grande exemplo	37
3.3 A Guerra Fria esquenta	38
3.3.1 – MSA: Quimera econômica e militar	38
3.3.2 USAID: O calor dos trópicos esquenta a guerra fria	39
3.3.3 Aliança para o Progresso: uma aliança nada santa	42
3.4.1 Os responsáveis.....	45
3.5 Como a Ajuda Externa é entregue?	47
3.6 Maré Rosa	49
2.6.1 A esquerda boa e a esquerda má	51
3.6.2 – Um espaço contra hegemônico.....	52
3.7 A contestação da hegemonia estadunidense.....	56

4. O padrão de ajuda externa para as américas.....	58
4.1 O padrão de ajuda para o Hemisfério Ocidental	59
4.1.1 – A ajuda Militar para o Hemisfério Ocidental	60
4.1.2 O total de ajuda externa econômica para o Hemisfério Ocidental	62
4.2. Comparando o padrão de ajuda entre os países da Maré Rosa e o resto do hemisfério	69
4.3 O padrão de ajuda para países selecionados	74
4.3.1 Colômbia	75
4.3.2 Venezuela	80
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

1. INTRODUÇÃO

Apesar de sua grande riqueza, a América Latina sempre foi uma região subdesenvolvida. Desde a descoberta da América há cinco séculos a região se integrou de maneira subordinada às grandes potências capitalistas. Marini (1978) dá a isso o nome de um capitalismo *sui generis*. Eduardo Galeano genialmente resume muito bem o relacionamento de mais de 500 da América Latina com as metrópoles:

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializam em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se lançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. (GALEANO, 1976, p.5).

Durante o período colonial a região esteve predominantemente sobre o domínio das potências ibéricas: Espanha e Portugal. Com a chegada do século XIX há uma mudança profunda no cenário internacional e em como a região se insere nele. Com a Revolução Industrial a Inglaterra se torna a principal economia global e a América Latina, por força do novo hegemon, tem o seu ciclo de independências. Apesar de formalmente independentes os novos países são subordinados a Londres. Na divisão internacional do trabalho a América Latina se especializa em exportar bens primários e a importar manufaturas.

No fim da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos assumem a liderança do mundo ocidental e capitalista e passam a exercer ainda mais influência na região que é considerada o seu “quintal natural”. Essa relação é antiga, datando do começo do século XIX com a chamada Doutrina Monroe. Com o fim das Guerras Napoleônicas a Santa Aliança foi criada pelas monarquias europeias para conter a difusão das revoluções liberais ao estilo da Revolução Francesa. O ponto mais polêmico era o Direito de Intervenção que permitia a Aliança agir militarmente nas antigas colônias europeias nas Américas. A Doutrina Monroe era uma advertência às potências do velho continente. Atilio Boron (2013) nos lembra que essa foi a primeira doutrina de política externa da história dos EUA.

É com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria que a Ajuda Externa passa a ganhar grande atenção no cenário internacional. O Plano Marshall, grande exemplo na área, teve como objetivo aliviar a miséria do pós-guerra, recuperar a economia europeia e conter o avanço soviético. Planos semelhantes foram aplicados ao terceiro mundo, mas sem sucesso (Baldwin, 1985).

Ao estudar o padrão de ajuda externa Alesia e Dollar (1998) apontam que a “ajuda externa é orientada por considerações políticas e estratégicas, muito mais que performances políticas ou econômicas”. Historicamente a ajuda externa americana está ligada a manutenção de influência e poder na arena global, onde as linhas que separam a política externa, ajuda externa e interesses comerciais ficam cada vez mais borradas (GUESS, 2011).

O início do terceiro milênio altera muito o sistema internacional. Com o ataque de 11 de setembro os Estados Unidos têm uma forte mudança na sua Política Externa, com destaque para a Guerra ao Terror e a Doutrina Bush. A China passa a fazer parte da OMC em 2001, o seu PIB cresce a dois dígitos por ano e sua participação no comércio internacional só aumenta. O crescimento industrial chinês faz os preços das commodities aumentarem, o que leva a um crescimento econômico da América Latina, grande exportadora de produtos primários.

A década de 90 foi marcada por um forte alinhamento da região com os Estados Unidos. O ideal neoliberal e o Consenso de Washington foram os fortes norteadores da política e da economia. O forte apelo às forças do mercado não foi capaz de conter a insatisfação popular contra o desemprego, piora dos serviços públicos e queda nos indicadores sociais que marcam o início dos anos 2000.

Nesse contexto muitos países da América do Sul levam ao poder presidentes de esquerda e centro-esquerda. Essa tendência foi chamada de Maré Rosa, em uma referência aos governos moderados de esquerda, que não tinham a ortodoxia dos governos de esquerda ortodoxos (associados historicamente à cor vermelha), sendo o rosa uma cor que representa bem o meio-termo. Graças às condições econômicas favoráveis e à convergência ideológica, esses governos promoveram uma maior integração regional criando novas Organizações Internacionais como por exemplo a UNASUL, CELAC, PETROCARIBE, ALBA, entre outros. É importante destacar que

grande parte desses esforços tinham o objetivo claro de criar um espaço de integração sem o protagonismo dos EUA.

Esse trabalho tem como objetivo analisar o padrão ajuda externa para a região das Américas e Caribe. O problema que norteará a dissertação são os seguintes: Qual é o padrão de financiamento norte americano para a região e se este está relacionado aos governos alinhados ou não a Washington?

1.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

1.1.3 Objetivo Geral

O objetivo geral desta monografia é verificar o padrão de comportamento da ajuda externa estadunidense entre os anos 2001 e 2016 para a América Latina e o Caribe.

1.1.2 Objetivo Específico

1) realizar um levantamento de dados sobre a ajuda externa para as Américas e Caribe a partir das várias agências do governo estadunidense.

2) identificar possíveis relações entre a ascensão governos não alinhados com a política externa dos EUA na região e possíveis alterações de padrões de fluxos de financiamento, tanto quantitativa como de destino.

1.2 METODOLOGIA

Com o intuito de atingirmos os objetivos gerais e específicos esse trabalho terá caráter descritivo com base em informações quantitativas e qualitativas sobre a ajuda

externa dada pelas agências dos Estados Unidos. Os dados quantitativos virão de fontes primárias, como os próprios órgãos americanos (USAID, Department of State, US Congress, entre outros), órgãos dos Estados nacionais latino americanos, bem como de Organizações Internacionais, como World Trade Organization, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, entre outros.

A pesquisa bibliográfica vai contar, além dos relatórios dos órgãos supracitados, com livros, artigos científicos, dissertações e teses, afim de estabelecer as relações entre a política de certos países e a ajuda internacional recebida.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economic Statecraft: cenoura ou chicote?

“As long as the world remains divided into sovereign nations, there will always be a need for statecraft—the means by which governments pursue foreign policy” (STEIL E LITAN, 2006).

Economic Statecraft (ES) é uma prática tão antiga quanto as próprias Relações Internacionais. Um dos mais antigos exemplos do uso de recursos econômicos para fins políticos foi o Decreto de Mégara (CHAN e DRURY, 2000). No decreto fica banido todo o comércio entre a cidade-Estado de Mégara e o Império Ateniense. A medida foi vista como uma retaliação pelo apoio dado por Mégara a Corinto, grande aliada de Esparta. Tal retaliação foi estopim para a Guerra do Peloponeso¹.

Drezner(1999) traz mais exemplos dos últimos quinhentos anos:

The trading empires of Venice, Portugal, and the Netherlands used economic warfare to limit the power of their rivals. Early Anglo-American relations were consumed with issues of economic diplomacy; a chief complaint in the Declaration of Independence is the “Cutting off our Trade with all Parts of the World.” Woodrow Wilson believed that the “economic, peaceful, silent deadly remedy” of economic sanctions could be used by the League of Nations to police international society. Nazi Germany was particularly aggressive at cultivating economic dependency from its eastern European neighbors. The US embargo of Japan in the late 1930s contributed to the Japanese attack on Pearl Harbor. (DREZNER, 1999, p. 6)

Puxando para a segunda metade do século XX são bons exemplos o Plano Marshall (1947), o embargo a Cuba (1960), os dois Choques do Petróleo (1973 e 1979), os empréstimos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, entre outros. Mas afinal, o que é *economic statecraft*?

¹ Para mais detalhes deste conflito ver Tucídides (A história da guerra do Peloponeso).

2.1.1 Economic Statecraft: entre a espada e o escudo

Apesar de sua importância histórica e contemporânea a área tem sido negligenciada nos estudos de economia, relações internacionais e ciência política. (BALDWIN, 1985; DREZNER, 1999; CHAN E DRURY, 2000).

Para Harold e Margaret Sprout (apud BALDWIN, 1985, p. 8, tradução nossa) *statecraft*² “compõe todas as atividades pela qual o governante se esforça para proteger certos valores e alcançar certos objetivos frente a outras nações e/ou organizações Internacionais”. De maneira semelhante Holski (apud BALDWIN, 1985, p. 8, tradução nossa) define o termo como “as ações organizadas pelo governo que almejam mudar o ambiente geral externo ou as políticas e ações de algum outro Estado em particular com a finalidade de atingir certos objetivos”.

Blanchard e Ripsman (2008) criticam dois grandes vícios da literatura sobre o *economic statecraft*. A primeira é que, apesar dos esforços de Baldwin de tipificar as diferentes formas de *economic statecraft*, o tema ainda trata dos incentivos e sanções como duas coisas separadas. O segundo é que a literatura tem um debate pouco produtivo e muito sobre se os incentivos ou sanções econômicas podem alcançar objetivos de política externa, ao invés de responderem quando ou em que condições o *economic statecraft* pode cumprir esses objetivos. Eles partem do princípio que tanto os incentivos como as sanções procuram influenciar o governo alvo através da manipulação dos cálculos econômicos dos grupos domésticos poderosos.³

São três as principais abordagens teóricas: realista, liberal e condicional (BLANCHARD; RIPSAN, 2008). A abordagem liberal considera os ganhos ou perdas no plano econômico como cruciais para a formulação de políticas. Assim, o decisor seguirá o caminho que proporcione maior ganho e/ou menor perda econômica, estando sempre atento às pressões econômicas. A influência do governo estrangeiro será maior quanto maior for o custo econômico sofrido pelo país alvo.

² Em tradução livre o termo *statecraft* pode ser entendido como a habilidade/arte de conduzir os assuntos de estado.

³ BLANCHARD; RIPSAN, 2008, p. 372.

A abordagem realista tem como princípio que os objetivos políticos e estratégicos na nação antecedem os interesses econômicos. Dessa forma, é pouco provável que concessões políticas sejam feitas em nome do ganho econômico⁴.

Se considerarmos o liberalismo e o realismo como dois lados opostos no meio deles pode-se afirmar que há a abordagem condicionada. Essa abordagem tem como princípio

[...] that the economic costs and benefits associated with economic statecraft are only likely to have an important impact on decision making under certain political conditions. Such 'international conditionalists' [...] contend that policy makers facing economic statecraft have to balance economic considerations against geopolitical interests such as national power, prestige, security, sovereignty, and territorial integrity. (BLANCHARD; RIPSAN, 2008, p. 375)

Tanto a abordagem realista quanto a liberal são insuficientes para examinar importantes casos de ES nas RI. O liberalismo confia demais que os custos/benefícios econômicos são suficientes para regularmente mudar as preferências do Estado em questão. Já o realismo, ao subestimar as possibilidades do ES, falha ao analisar casos em que a pressão econômica teve participação considerável em cenários importantes. De uma maneira geral a abordagem condicionada atende melhor os cenários em que o ES é usado por considerar tanto o uso da cenoura como do chicote.

Os autores partem do princípio que os políticos e tomadores de decisão querem se manter no poder. Como consequência os grupos domésticos chaves precisam ser agradados (ou pelo menos não prejudicados)⁵. Disso derivam duas consequências. A primeira é que o impacto será sentido nos grupos de interesse do país alvo. A segunda é que a manipulação desses grupos de interesse no Estado alvo depende muito da relação do Estado com a sociedade.

Para Chan e Drury (2000) a utilização do *economic statecraft* é um forte opção para substituir o uso da força⁶. O receio em utilizar os meios militares é compensado por uma

⁴ A utilidade do *economic statecraft* é mínima e bem inferior à opção militar.

⁵ O risco de desagradar as elites políticas e econômicas é a derrubada do governo, seja por vias legais ou não.

⁶ O recurso da guerra é cada vez menos utilizado devidos ao seu alto custo, humano e material, bem como suas consequências indesejadas.

rede cada vez maior de laços comerciais e econômicos, o que torna o Estado mais sensível às pressões externas⁷.

É de se observar que a utilização dos incentivos (cenouras) costuma ser ofuscada pelas sanções (chicote), mesmo quando o primeiro tem mais potencial para atingir os seus objetivos, sejam eles simbólicos ou substantivos⁸ (DAVIDSON; SHAMBAUGH, 2000). A escolha da cenoura ou do chicote pelo Estado parte dos princípios da sua política externa e tem como ponderação a eficiência dos incentivos e as externalidades políticas do seu uso. Embora essas ponderações não sejam excludentes entre si, as suas execuções podem exigir condições específicas.

Drezner(1999) aponta que a importância de se estudar o *economic statecraft* se dá por duas razões: uma de caráter pragmático e outra teórica. A pragmática é que o *economic statecraft* é uma constante na história das relações internacionais. A teórica é “[...] que ela joga luz nas relações de poder e interdependência. Poder é a moeda de troca na política mundial.” (DREZNER, 1999, p. 8, tradução nossa).

Baldwin (1985) no seu livro *Economic Statecraft* é o autor que melhor trabalha e aprofunda as diversas formas de ES, procurando preencher as lacunas negligenciadas nos estudos dos instrumentos econômicos usados na política externa, bem como desenvolver uma estrutura de análise para avaliar a utilidade das técnicas econômicas usadas pelos homens de Estado.

O seu livro tem como ponto de partida uma observação de Quincy Wright muito pertinente: “the fields of economics and politics overlap.[...] Politics may therefore be an instrument of economics and economics may be an instrument for politics”⁹.

O estudo do ES é analisar por quais meios o poder é exercido e não somente quem tem/exerce o poder. Um problema constante na área é que os analistas não dão a devida

⁷ Por mais contraditório que pareça o contrário também é verdadeiro. Assim como interdependência faz com que economias de países distintos dependam uma da outra, ela também proporciona a diversificação de parceiros.

⁸ Os ganhos substantivos podem ser deter, obrigar ou atrair certos comportamentos ou políticas do Estado alvo. Os ganhos simbólicos podem ser punir ou recompensar certa política, sinalizar aprovação ou rejeição, manifestação de solidariedade e/ou focar a questão no cenário internacional (DAVIDSON; SHAMBAUGH, 2000, apud Baldwin, 1985, pp. 96-101; Kobrin, 1989, pp. 33-4

⁹ Wright (1955, apud BALDWIN, 1985)

atenção para os instrumentos e às técnicas de poder. Muito se fala sobre “Como as políticas são feitas?” e não trata-se adequadamente a questão principal que é “Por quais meios eles são alcançados?”¹⁰.

O autor tem como ponto de partida intelectual a perspectiva da Política Externa (PE). A PE é vista como uma atividade, por parte do Estado, orientada para algum objetivo. Assim, ela pode ser entendida como um instrumento ou um meio para um certo fim. Sobre esse entendimento é preciso atenção:

Means-end analysis is complicated by the fact that very few ends are ultimate or final values; most are intermediate or instrumental in some sense. Thus, the same activity may be viewed as means in one context and a goal in another. There is no reason to despair, however; as long as care is taken to specify the ends and means in the particular situation being analyzed, this approach can be very useful. (BALDWIN, 1985, p. 16)

Essa observação é necessária para que a eficácia de uma política externa possa ser propriamente avaliada. Também é importante distinguir os alvos da influência e os objetivos a serem alcançados, sendo que ambos variam em importância, especificidade e número.

In any given influence attempt, states may – and usually do – pursue more than one goal with respect to more than one target. [...] Not all goals or targets are equally important, but none is intrinsically unimportant. Thus, it may be useful to sort out the primary, secondary, and perhaps even tertiary goals and targets of a given influence attempt; but it is a mistake to assume that the content of such categories never varies. (BALDWIN, 1985, p. 17)

Em se tratando de influência, onde se espera que os alvos mudem suas ações, é natural que se trabalhe com a questão do poder. Sete são os principais elementos do poder no cenário internacional¹¹:

- 1) Poder é um conceito relacional.
- 2) Poder pode ser genericamente definido de modo a incluir todas as relações em que alguém faz com que outro(s) faça algo que normalmente não seria feito.
- 3) Tanto as sanções positivas (reais ou prometidas) quanto as negativas (novamente, reais ou prometidas), são formas de exercer poder.
- 4) O poder se assenta sobre várias bases e nenhuma é absoluta

¹⁰ Ibidem, p. 9.

¹¹ BALDWIN, 1985, p. 18-22.

- 5) Poder é multidimensional
- 6) O poder não é necessariamente um jogo de soma zero
- 7) A análise do poder sempre exige considerar condições contra factuais¹².

2.1.2 *Economic Statecraft* por atores não estatais

Os Estados podem fazer uso direto do ES ou também por meio das instituições de governança internacional. A ONU é um grande exemplo de como as Organizações Internacionais (OI) também tem com o ES como recurso. Além dos seus princípios tradicionais de promoção do desenvolvimento e cooperação econômica (evidente no art 1º inciso 3, art 13, capítulo IX), o Conselho de Segurança (CS) tem um papel de destaque.

Em seu artigo 41º da Carta da ONU o CS, em caso de ameaça ou ruptura da paz e agressão, pode aplicar sanções ao país em questão com “a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radioelétricos, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas.” (Carta da ONU, 1945). Devido às limitações do contexto da Guerra Fria o CS aplicou somente duas sanções nos seus 45 anos de existência. Apenas em 1994 foram sete sanções (DREZNER, 1999, p. 7). Isso evidencia o interesse cada vez maior do uso dos recursos econômicos ao invés dos militares.

A antecessora da ONU, a Liga das Nações, já nasceu com essa ideia em mente. Basta lembrar que o presidente norte-americano Woodrow Wilson, no seu entendimento do caminho a ser seguido para evitar uma nova Guerra Mundial e a criação da Liga das Nações, tem como um dos seus 14 pontos a liberalização do comércio no artigo III: “The removal, so far as possible, of all economic barriers and the establishment of an equality of trade conditions among all the nations consenting to the peace and associating themselves for its maintenance.”¹³.

¹² A ideia é que por se tratar, em certa medida, de escolhas políticas, é preciso fazer a pergunta do “E se?” de modo a explorar as possíveis consequências de certas escolhas.

¹³ Yale Avalon Project. **President Woodrow Wilson’s Fourteen Points**. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp. Acesso em 01 mai. 2018.

Para o contexto sul americano o Mercosul também prevê o uso do ES, nesse caso a sanção. O Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL (USHUAIA II), possibilita a sanção ao país alvo caso aconteça uma ruptura da democracia em sua política interna. O artigo 6 versa o seguinte:

Em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática em uma Parte do presente Protocolo, os Presidentes das demais Partes ou, na falta destes, seus Ministros das Relações Exteriores em sessão ampliada do Conselho do Mercado Comum poderão estabelecer, dentre outras, as medidas que se detalham a seguir:

a.- Suspender o direito de participar nos diferentes órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL.

b.- Fechar de forma total ou parcial as fronteiras terrestres. Suspender ou limitar o comércio, o tráfego aéreo e marítimo, as comunicações e o fornecimento de energia, serviços e abastecimento.

c.- Suspender a Parte afetada do gozo dos direitos e benefícios emergentes do Tratado de Assunção e seus Protocolos e dos Acordos de integração celebrados entre as Partes, conforme couber.

d.- Promover a suspensão da Parte afetada no âmbito de outras organizações regionais e internacionais. Promover junto a terceiros países ou grupos de países a suspensão da Parte afetada de direitos e/ou benefícios derivados dos acordos de cooperação dos quais seja parte.

e.- Respalda os esforços regionais e internacionais, em particular no âmbito das Nações Unidas, encaminhados a resolver e a encontrar uma solução pacífica e democrática para a situação ocorrida na Parte afetada.

f.- Adotar sanções políticas e diplomáticas adicionais. [...] (MERCOSUL, 2011)

O Protocolo de Montevideu já foi usado duas vezes na história do Mercosul. A primeira foi em 2012 quando o governo de Fernando Lugo foi deposto pela nova modalidade de golpe chamado de Golpe Parlamentar (mesma modalidade aplicado no Brasil ao governo Dilma em 2016). A segunda vez foi em 2017 contra a Venezuela no governo Maduro¹⁴.

¹⁴ A Venezuela havia sido suspensa em 2016 mas sob a justificativa de que não havia cumprido as obrigações de adesão do Mercosul.

2.1.3 Formas de Economic Statecraft

São diversas as formas de *economic statecraft* usadas no cenário internacional para influenciar os seus atores. Genericamente elas podem ser classificadas em duas naturezas, as negativas e as positivas, e em duas áreas, a de comércio e a de capitais. As tabelas 1 e 2 trazem os principais exemplos.

Tabela 1 Exemplos de ES Negativo

Exemplos de <i>Economic Statecraft</i> negativos	
Comércio	Capital
Embargo	Congelamento de Ativos
Boicote	Controle na importação ou exportação
Aumento de Tarifas	Suspensão de Ajuda
Discriminação Tarifária (desfavorável)	Expropriação
Remoção do Tratamento da Nação Mais Favorecida*	Taxação (desfavorável)
Lista Negra	Reter as contribuições as OI's
Cotas (importação ou exportação)	Ameaça dos itens anteriores
Negação de Licença (importação ou exportação)	
Dumping	
Preclusive Buying	
Ameaça dos itens anteriores	

Fonte: Extraído de Baldwin(1985, p. 41). Tradução nossa.

*Antigamente esse tratamento era acordado entre os países através de acordos bilaterais. Atualmente os membros da OMC já tem esse princípio acordado entre si, exceto em casos particulares.

Tabela 2 - Exemplos de ES Positivas

Exemplos de <i>Economic Statecraft</i> positivos	
Comércio	Capital
Discriminação Tarifária (favorável)	Dar Ajuda
Dar o tratamento de Nação Mais Favorecida*	Garantia de Investimentos
Redução de Tarifas	Encorajamento de importação ou importação de capitais privados
Compras Diretas	Taxação (favorável)
Subsídios para importação ou exportação	Promessa dos itens acima
Dar Licenças (importação ou exportação)	
Promessa dos itens acima	

Fonte: Extraído de Baldwin (1985, p. 42). Tradução nossa.

*Antigamente esse tratamento era acordado entre os países através de acordos bilaterais. Atualmente os membros da OMC já tem esse princípio acordado entre si, exceto em casos particulares.

Outras formas de ES não tão óbvias que mereçam ser citadas são Compras Governamentais, Livre Comércio e Tarifas.

2.2 Geoeconomia

Considerando o que foi abordado até agora, de como os Estados vem recorrendo mais à economia do que às armas para a sua Política Externa, podemos abranger um outro conceito de *Economic Statecraft*, que é pouco difundido nas Relações Internacionais, que é de geoeconomia. O termo pode ser genericamente definido como o encontro da economia internacional, geopolítica e estratégia.

A definição de geoeconomia é aprofundada por Soilen (2012) no livro *Geoeconomics*. O autor define geoeconomia como “[...] o estudo dos aspectos espaciais, culturais e estratégicos de recursos com o objetivo de ganhar vantagens competitivas sustentáveis.

É uma continuação da lógica geopolítica aplicada a era da globalização” (SOILENT, 2012, p. 9, tradução nossa).¹⁵

Ele também faz duas importantes diferenciações entre geopolítica e geoeconomia¹⁶. A primeira diz respeito ao tópico: enquanto a geopolítica tem como foco as atividades políticas e militares, a geoeconomia foca nas atividades econômicas. A segunda é em relação aos atores. A geoeconomia tem como ator os empregados de organizações privadas (e são leais a elas) e não por indivíduos que representam diretamente o Estado. A geoeconomia, assim como a geopolítica, tem seus estudos voltados para os interesses do Estado-nação, ou pelo menos a uma perspectiva mais macro (Soilent, 2012, p.8).

A geoeconomia é um tópico ainda mais trabalhado por Blackwill e Harris(2016) na obra *War by Others Means, Geoeconomics and Statecraft*. Os autores definem geoeconomia como “The use of economic instruments to promote and defend national interests, and to produce beneficial geopolitical results; and the effects of other nations’ economic actions on a country’s geopolitical goals.” (BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 20). Assim o termo pode ser entendido tanto como método de análise, como uma forma de *statecraft*.

Para os autores, a geoeconomia está recentemente ganhando popularidade devido a dois acontecimentos recentes na economia. O primeiro é a crise financeira de 2008 e os seus desdobramentos. O segundo é a ascensão da China no tabuleiro internacional.

Novamente a diferenciação entre geoeconomia e geopolítica se faz necessária. Geopolítica é um método de análise que procura prever, explicar e entender como um Estado exerce o seu poder sobre um certo território tendo como referência fatores geográficos tais como território, população, economia, capacidades militares, recursos naturais, entre outros. Importante destacar que a geoeconomia também não deixa de analisar o poder exercido sobre um território, a diferença é que a análise é paralela ao poder do Estado e tem como referência como o poder é exercitado através de fatores

¹⁵ O autor também destaca a contribuição das áreas de economia, teoria evolucionária, economia evolucionária, estratégia, teoria crítica, método histórico, entre outros.

¹⁶ Termos que as vezes são usados erroneamente como sinônimos.

econômicos, e não geográficos¹⁷. A geoeconomia pode trazer tanto resultados no âmbito econômico, como no geopolítico, no diplomático, entre outros.

2.3 – A Ajuda Externa como Economic Statecraft

Conforme a Tabela 2 nos mostra, a Ajuda Externa é uma forma de ES Positiva. Sua consolidação se deu após a Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, também a sua importância política. Ela as vezes é debatida, tanto por políticos como pelo cidadão, como um desperdício (haja visto as necessidades internas), um bom-mocismo internacional. Já seus defensores apontam as suas finalidades humanitárias e de desenvolvimento socioeconômico.

Mas afinal, a Ajuda Externa é um fim em si mesmo ou uma ferramenta de Política Externa? É a Ajuda Externa um presente?

2.3.1 Ajuda Externa: uma “isentona”?

Sobre a Ajuda Externa Knorr (1975, apud BALDWIN, 1985, p.193, tradução nossa) afirma que “a transferência de recursos é ‘ajuda’ somente se for rigidamente unilateral e nada material ou particular é recebido em troca – isso é, somente se não envolver elementos de mutualidade, barganha ou *quid pro quo*...”.

Tal afirmação traz alguns pontos no mínimo controversos¹⁸. A valoração de uma série de coisas importantes não são “material ou particular” como por exemplo a amizade, respeito ou status. Como já abordado anteriormente, muitos objetivos do *Economic Statecraft* não são quantificáveis em termos de dinheiro.

Tratar da Ajuda Externa sem o elemento da mutualidade entre os Estados é praticamente impossível. Tanto o país que oferece quanto o que recebe recursos geralmente estão em uma relação de interesse mútuo. As opções de dar (ou não) e de

¹⁷ BLACKWILL; HARRIS, 2016, p. 24

¹⁸ BALDWIN, 1985, p.292.

aceitar (ou não) esses recursos são claramente uma estratégia de ES. Um exemplo muito rico sobre a não aceitação de recursos é o da Bolívia. Em 2013 o presidente Evo Morales expulsou a USAID do seu país sob a alegação de “conspirar contra o povo e o governo”¹⁹.

É preciso deixar claro que a mutualidade em questão é a de interesses entre os Estados. Essa ressalva é importante por dois motivos. O primeiro é para não confundir interesses com poder. As relações de poder dificilmente são mutuamente benéficas por serem naturalmente assimétricas. Retomando o conceito de poder como fazer alguém/algo adotar um comportamento que normalmente não faria em condições normais, pode-se afirmar que a Ajuda Externa se encaixa nessa relação de poder. Ao invés do país A ameaçar militarmente (ou de fato usar a força) contra o país B para que ele faça X, há a possibilidade de oferecer recursos para B para que ele faça X. É a utilização de recursos econômicos (*economic statecraft*) para mudar o comportamento/ações de um país. Troca-se a punição por incentivos seletivos

O segundo é que essa relação de interesse nem sempre ocorre entre Estados. A Ajuda Externa é frequentemente direcionada para atores não estatais como grupos de pressão, ONGs, partidos opositores, associações empresariais, *think tanks*, entre outros, como um meio de pressionar/forçar o Estado para adotar determinado comportamento/ação.

Baldwin (1985, p. 293) deixa de trabalhar a Ajuda Externa do ponto de vista econômico e adota a Teoria da Troca Social. A ideia é que as trocas econômicas são uma subcategoria de uma relação social maior. É proposto que uma ajuda é dada com a expectativa que ela seja recíproca ou recompensada no futuro. Esse viés ajuda a compreender a Ajuda Externa como “presente”.

É de entendimento popular que um presente é dado sem a necessidade de receber algo em troca. Seria má educação insistir em receber algo de volta. Dificilmente alguém assumira que deu um presente esperando algo em troca. Já o estudo comportamental

¹⁹ BBC. **Bolivian President Evo Morales expels USAID**. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-22371275>. Acesso em: 02 de mai de 2018.

aponta que o discurso de que presentear é voluntário e desprovido de interesse não é o caso.

Enquanto as pessoas fingem não esperar um presente de volta, elas realmente esperam que os presentes sejam recíprocos e são propensas a manifestar uma desaprovação social daqueles que falham em retribuir. Dar um presente gera uma obrigação de reciprocidade independente de um *quid pro quo* previamente acordado [...]. Na verdade o doador provavelmente – nah, é previsto que – negará, explicitará ou explicitará que qualquer *quid pro quo* é esperado. Isso, entretanto, é uma mentira social e ela é tacitamente entendida tanto pelo doador como pelo recebedor. (BALDWIN, 1985, p. 293-4, tradução nossa)

Nosso intuito aqui não é trabalhar se a Ajuda Externa é ou não um presente, mas sim mostrar que ela está ligada a uma dinâmica social.

2.3.2 Foreign Aid: “bom mocismo” internacional?

Como já posto anteriormente, o Plano Marshall é o excelente exemplo de como a Ajuda Externa foi central para a recuperação e crescimento da economia europeia. Programas semelhantes foram e são aplicados aos países do terceiro mundo com resultados pífios. Enquanto o discurso oficial sempre trata da questão do desenvolvimento e crescimento, empiricamente observa-se que tanto nos programas de ajuda bilaterais como os multilaterais no terceiro mundo “não mostram qualquer correlação significativa entre ajuda e crescimento” (MARKITA; MUKHERJEEB, 2007, p. 46).

Ora, se a Ajuda Externa historicamente tem mostrado um desempenho mínimo nos países subdesenvolvidos, o que leva os países ricos, e em especial os Estados Unidos que possui a maior economia e é maior doador mundial, a gastar somas bilionárias anualmente?

Essa questão é tratada por Rhenals e Martínez (2009). A Ajuda Externa é geralmente sustentada no discurso da promoção do crescimento econômico e erradicação da pobreza e suas malezas. Eles apontam que, apesar de vários estudos mostrarem impactos pouco significativos no crescimento e na redução da pobreza, a posição dominante é manter o fluxo de ajuda em direção aos países em desenvolvimento.

A retórica oficial esbarra nos resultados contraditórios da Ajuda Externa e demonstra que a “boa intenção” e bons resultados não são os únicos responsáveis pelo fluxo de ajuda. Os autores apontam três elementos que sustentam essa dinâmica.

O primeiro é o que eles chamam de “agenda oculta”. Essa agenda “(...)ha estado transversalmente cruzada por los objetivos estratégicos de los donantes, inicialmente asociados com las consideraciones de la guerra fría y, em los últimos años, por la lucha global contra el terrorismo.” (RHENALS; MARTÍNEZ, 2009, p.11). Outra evidência disso, no caso dos países europeus, é que o fluxo de ajuda estava (e ainda está) ligada por relações históricas, com destaque para as suas ex-colônias.

O segundo é que a ajuda é má utilizada. Grande parte dos estudos sobre a efetividade da ajuda

[...]suponen que los gobiernos receptores comparten los propósitos altruistas de los donantes oficiales, lo que no necesariamente es cierto. Un gobierno receptor y un donante altruista pueden perfectamente tener objetivos contrapuestos, debido a que el primero representa muchos intereses, incluidos aquellos de los grupos económicamente privilegiados que pueden influir en la distribución de la ayuda. (MASUD; YONTCHEVA, 2005, apud RHENALS; MARTÍNEZ, 2009, p. 42)

O terceiro é que o país receptor pode não ter um projeto de desenvolvimento nacional. Nos casos em que há um projeto de desenvolvimento, a ajuda dada pode não estar ligada a esse projeto, ou estar ligada, mas de maneira muito limitada. A tendência é que a dependência e o neoimperialismo sejam mantidas.

Em se tratando de desenvolvimento é preciso ter em mente que este não é um conceito único ou atemporal. Após a segunda metade do século XX, resumidamente, pode-se falar de cinco modelos (RHENALS e MARTÍNEZ, 2009; THORBECKE, 2000). Entre as décadas de 1950-60 o desenvolvimento tem como princípio a construção de uma sociedade industrializada. O crescimento é o fator mais importante para alcançar esse objetivo. Nesse sentido a Ajuda Externa tem a função de proporcionar capital para os investimentos.

Nos anos 1960 o entendimento era que o crescimento era influenciado por duas questões ex-ante: a balança de pagamentos e a capacidade de produção/poupança. Na primeira situação o crescimento era limitado por questões comerciais e no segundo

limitado pelo investimento. É nesse período que se desenvolve o estruturalismo latino-americano, com forte contribuição de Celso Furtado na CEPAL. O estruturalismo “[...] consideraba la escasez de divisas como la principal restricción al crecimiento, que sólo podría superarse a través de la planificación del desarrollo y el aumento en el tamaño de los mercados vía integración económica regional (ALALC en 1960 y Pacto Andino en 1969, por ejemplo)” (RHENALS; MARTÍNEZ, 2009). Aqui a Ajuda Externa tem o papel de fornecer capital para controlar o déficit de poupança e da balança de pagamentos.

Nos anos 1970, com a melhora na disponibilidade e confiabilidade dos indicadores socioeconômicos, ficou evidente a insuficiência de tratar o desenvolvimento como uma relação direta com o crescimento do PIB. Outras variáveis ganharam força, como o setor informal, distribuição do crescimento e variáveis demográficas (educação, saúde, mortalidade infantil, crescimento da população, saneamento, etc). Nesse período a ajuda externa tinha como objetivo a melhora das condições de vida dos mais pobres com foco no combate a pobreza e melhores condições de empregabilidade.

Os anos 1980 são marcados por uma forte crise na economia. Após os aumentos do petróleo na década anterior os preços dos commodities caem e o comércio mundial reduz significativamente. Na América Latina estoura a crise da dívida e as taxas de juros alcançam recordes históricos. Esse período ficou conhecido como “A década perdida”. Nesse contexto a ajuda se torna um instrumento para as políticas de ajuste através dos programas de condicionalidade. O governo Reagan é o melhor símbolo desse momento. O discurso anti-governo e pró-mercado era alinhado com a concepção de que o livre-mercado e a abertura econômica eram os melhores mecanismos de desenvolvimento.

Na década de 1990 a estabilização e o ajuste dominam a pauta na Ásia e na América Latina. Nas antigas repúblicas do bloco soviético a condições socioeconômicas se deterioram rapidamente e o foco passa a ser o combate à pobreza.

O “cultivo” de amizades e a oposição a adversários é um fator muito forte na alocação de ajuda, em especial no caso dos EUA. Rudloff et al (2013) trabalham com o conceito de “fator de rivalidade indireta”, onde se parte de uma situação em que certos Estados são vizinhos de rivais diretos dos EUA e/ou dividem a mesma rivalidade com certo Estado (rival do meu rival). Essa rivalidade indireta pode levar

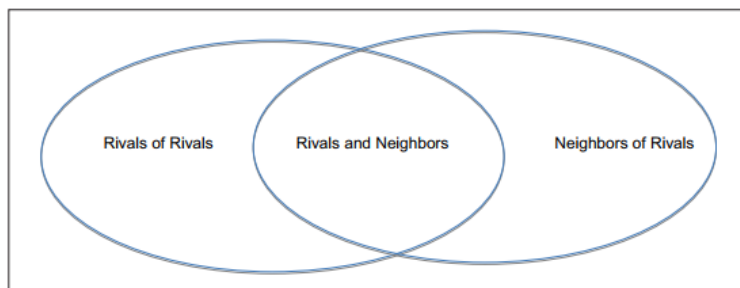
[...] the US to alter foreign policy toward these key states in an effort to strengthen them against a shared rival or persuade them to share in US concerns about the target rival. **Efforts to do so may involve several tools of statecraft, with foreign aid among the most important.** Foreign aid may defend other states from the US rival or support and encourage the recipient's own conflict with the US rival. (RUDLOFF ET AL, 2013, p. 402, grifo meu)

Os autores apontam que a Ajuda Externa é o recurso mais flexível para garantir interesses a nível mundial e muda a relação entre doador e o beneficiário de várias maneiras: criam dependências e interdependências, afetam o desenvolvimento, conflitos internos, direitos humanos, entre outros. Para o doador “aid signals commitment and establishes influence over the recipient state, building friendly relations and even harmonizing foreign policies” (RUDLOFF et al, apud MCKINLAY e LITTLE, 1977).

Apesar do desenvolvimento econômico do beneficiário e questões humanitárias serem relevantes em alguns casos, predomina o atendimento dos interesses econômicos, políticos, estratégicos e de segurança do doador²⁰ na hora de alocar a ajuda. Assim “the connection between allocations of foreign aid and rivalry thus rests on firm ground, since security and strategic factors such as alliance concerns, ideological alignments, military deployments, and bases have been found to influence aid decisions”²¹

Os dois fatores de rivalidade indireta (Estado vizinho de um rival ou rival do meu rival) levam a um terceiro cenário onde o Estado pode ser ao mesmo tempo rival de um rival e vizinho de um rival, como pode ser observado na Figura 1:

Figura 1 Três fatores de rivalidade indireta



Fonte: Extraído de Rudloff et al (2013)

²⁰ RUDLOFF et al, 2013.

²¹ PALMER et al, 2002 apud RUDLOFF et al, 2013

Ao analisar o histórico da Ajuda Externa dos EUA entre 1962 e 2000 os autores chegaram as seguintes conclusões a respeito da rivalidade indireta:

- Os EUA são mais propensos a aumentar a ajuda a Estados próximos aos seus rivais e a Estados que tem rivalidade com rivais americanos
- Rival do meu rival tende a receber mais ajuda de natureza militar
- País aliado próximo a um rival tende a receber mais ajuda de natureza econômica.
- Ser vizinho de um Estado rival pesa mais que “apenas” ser um rival de um rival.
- Ser um Estado vizinho e um rival é o fator mais forte no que diz respeito a rivalidade indireta.

Ao responder à questão de porque os países continuam a gastar uma enorme soma de recursos em Ajuda Externa quando os resultados são tão pequenos Alesina e Dollar (1998) encontraram a mesma questão da importância estratégica. Historicamente o fluxo de Ajuda Externa²² não esteve ligado, apesar do discurso oficial, às boas instituições ou à pobreza. Os dados mostram que Ajuda Externa está muito relacionada com laços coloniais, alianças e interesses estratégicos²³. “[...] donor's ‘strategic’ interests are more important than the quality of the policies of the receiving countries as an explanation of aid flow” (ALESINA E DOLLAR, 1998, p. 4)

Já Richard (1977) entende a Ajuda Externa como um imperialismo moderno. O autor questiona o termo “ajuda externa” quando na verdade não se trata de ajuda ao próximo e envolve questões muito mais internas que externas: empréstimos voltarão com juros, há aumento de produção nacional do país doador e questões segurança vem à mente em primeiro lugar. Ela é um fenômeno econômico.

²² Neste caso a Ajuda bilateral

²³ Os autores chamam a atenção para a variável democracia. Apesar dela ser importante ela apenas é considerada na sua manifestação formal, deixando de lado uma interpretação mais substantiva da democracia.

O autor mostra que o debate sobre a vinculação da ajuda a compras do país doador tem consequências negativas²⁴. A principal delas é que esse vínculo leva a queda no valor real da ajuda uma vez que fontes mais baratas podem estar disponíveis (seja pelo valor do produto ou dos custos adicionais de transporte)²⁵. Outro ponto é que essa ajuda vinculada obriga o país beneficiado a adotar determinado padrão de tecnologia/ciência, o que gera uma dependência que continua mesmo depois que a ajuda foi descontinuada.

É também criticada a ideia que possa existir uma relação de ajuda estritamente condicionada pela performance. Isso é impossível quando a ajuda tem claramente uma natureza política. E como já tratado anteriormente, a questão da performance não pode ser considerada uma métrica útil considerando que a ajuda é ineficaz para o desenvolvimento.

Os EUA tiram muito proveito do discurso humanitário e de desenvolvimento da Ajuda Externa para encobrir suas ambições imperialistas. Por trás do discurso de que o desenvolvimento é benéfico a todos, a ajuda estadunidense é menos cosmopolita e tem como justificativa oficial atender a interesses políticos e econômicos²⁶. Esse discurso pode ser observado na fala do Secretário de Estado Dean Acheson no Comitê de Relações Exteriores do Senado

In a very real sense, it is a security measure... Economic development will bring us certain practical material benefits. It will open up new sources of materials and goods we need, and new markets for the products of our farms and factories. [...] Its purpose is to encourage the Exchange of technical skills and promote the flow of private investment capital. (RICHARDS, 1977, p. 49)

O nascimento da US Agency for International Development (USAID) pela lei do Foreign Assistance Act, é marcado por esse viés imperialista. O condicionamento da ajuda a economia estadunidense é claro na Seção 211 (a), onde o presidente é orientado a considerar

[...] (5) the possible adverse effects upon the United States with special reference to areas of substantial labor surplus... (6) the desirability of safe-

²⁴ RICHARD, 1977, p. 46

²⁵ Apesar de ainda existir essa prática é relativamente menos comum atualmente.

²⁶ Claro que se trata de um entendimento generalista, pois há casos de reais preocupações humanitárias.

guarding the international balance of payments position of the United States... (FOREIGN ASSISTANCE ACT, 1961)²⁷

Outra consideração recorrente é que o financiamento deve ser preferencialmente privado e de origem do “mundo livre”, de modo que o clima correto de investimentos seja alcançado.

O próprio objetivo da USAID evidencia isso:

Our objective is to support partners to become self-reliant and capable of leading their own development journeys. We make progress toward this by reducing the reach of conflict, preventing the spread of pandemic disease, and counteracting the drivers of violence, instability, transnational crime and other security threats. **We promote American prosperity through investments that expand markets for U.S. exports; create a level playing field for U.S. businesses;** and support more stable, resilient, and democratic societies. We stand with people when disaster strikes or crisis emerges as the world leader in humanitarian assistance. (USAID, 2018, negrito nosso).

Essa necessidade de alimentar e sustentar a vitalidade do capitalismo estadunidense é bem resumida pelo Secretário de Estado a administração Carter:

Our own economic welfare is vitally affected by what happens elsewhere in the world. The standard of living of the American worker and the American consumer requires cooperation with the developing world – in expanding supplies of food, energy and raw materials... The stability of the U.S. economy depends greatly on responsible economic policies in the rest of the world, including the developing nations. (RICHARDS, 1977, p. 52 apud HUNTER; REILLY, 1972)

Considerando o modo de produção capitalista não é novidade essa constante procura por novos mercados consumidores, fontes de matérias primas e mão de obra barata²⁸.

A Ajuda Externa usada de maneira a desenvolver o terceiro mundo para atender as necessidades do centro pode ser entendida dentro da Teoria Marxista de Dependência (TMD). A ideia central é que o desenvolvimento econômico de uma nação dominada é

²⁷ Devido a pressões essa seção foi removida em 1978

²⁸ Aqui parte-se dos pressupostos, conforme a Teoria Marxista da Dependência que o capitalismo é um sistema em uma classe detentora dos meios de produção extrai mais-valia de outra classe que nada possuem exceto a sua força de trabalho. A competição intercapitalista e o aumento da composição orgânica do capital leva a tendência da queda da taxa de lucro. Assim, para que taxa de lucro volte a ser interessante os capitalistas precisam de novas, e mais baratas, fontes de matérias primas e mão-de-obra.

condicionado pelo desenvolvimento e expansão de uma economia dominante. Theotônio dos Santos (2011) explica que a dependência tem como pontos chaves:

- Deterioração dos termos de troca
- Controle estrangeiro dos setores dinâmicos de exportação e conseqüente descapitalização da economia
- O foco na exportação distorce a economia interna
- Monopólio tecnológico/Restrição tecnológica
- Remessas de lucros

Assim, a relação econômica entre Ajuda Externa e imperialismo é marcada por:

- 1) the development of infrastructure with aid funds sets the stage for foreign (as well as domestic) private investment,
- 2) the specific types of aid are quite frequently designed as a stimulus to private investment which - for economic and political reasons - frequently comes from the donor country or its associated multinational corporations
- 3) the political aspects of aid enable this private investment to insure to some extent against the vagaries of the market and political change
- 4) the tying of aid creates exports for the donor, while the capital inflows allow the recipient to withstand private capital withdrawal without running into impossible balance of payments difficulties. (RICHARDS, 1977, p. 59)

3. A história e a organização da Ajuda Externa estadunidense

A Ajuda Externa estadunidense é uma das maiores ferramentas da sua Política Externa. Mas é preciso entender que ela é um produto do sistema político interno e, portanto, sujeita a burocratização, redes de interesses, disputa por recursos e influência nos processos de decisão, entre outros.

Os Estados Unidos são historicamente destaque na Ajuda Externa por serem o país que mais contribui no mundo. Essa posição surge em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

3.1 Segunda Guerra Mundial: a parteira da Ajuda Externa estadunidense

A Ajuda Externa como a conhecemos hoje teve a sua origem no pós Segunda Guerra Mundial. Antes a Ajuda Externa se manifestava principalmente nas relações entre metrópoles e as suas colônias na forma de investimentos em infraestrutura.

Ainda durante a guerra os EUA encabeçaram a criação do “The United Nations Relief and Rehabilitation Administration” em 1943. Dominada pelos Estados Unidos, a organização tinha representantes de mais de 44 países e se tornou parte da ONU em 1945. Sua missão era auxiliar nas vítimas deslocadas pela guerra providenciando alimentos, roupas, assistência médica, entre outros.

A Ajuda Externa no pós-guerra está intimamente ligada com a Doutrina Truman. Essa doutrina tinha como princípio conter a expansão/influência soviética no mundo e teve como a Guerra Civil da Grécia (1946-1949). A possibilidade do governo da Grécia cair para os rebeldes comunistas fez com que os Estados Unidos dessem 300 milhões de dólares em ajuda militar e econômica em 1947. Nesse mesmo ano a Turquia 100 milhões de dólares em ajuda para fazer frente a União Soviética que a pressionava para

liberar a livre circulação de navios nos Estreitos Turcos (Estreito de Bósforo e Estreito de Dardanelos)²⁹.

3.2 Plano Marshall: o grande exemplo

No fim da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos assumem o status de potência mundial. Em seis longos anos de guerra ele não teve seu território destruído, foi grande financiador dos países aliados e importante fornecedor de armamentos e alimentos. O enorme esforço de guerra levou a um recorde de produção que continuou crescendo depois da guerra. Era então necessário escoar essa produção para o mercado externo. A Europa era opção mais interessante por ser historicamente um grande mercado consumidor e com a destruição causada pela guerra era evidente que demoraria até que a sua produção voltasse aos níveis do pré-guerra.

Dessa necessidade econômica (de garantir os mercados europeus) somada à crescente rivalidade com a União Soviética e o receio da virada comunista levou ao anúncio do Plano Marshall em 1947 e a sua aprovação e operação em 1948. Chamado oficialmente de European Recovery Program (ERP), o programa ficou conhecido como o Plano Marshall em referência ao Secretário de Estado da época, George Marshall.

Resumidamente o Plano Marshall

[...] previa a concessão de empréstimos a juros baixos aos governos europeus, para que adquirissem mercadorias dos Estados Unidos. Os países que aceitavam o Plano deveriam, em contrapartida, abrir suas economias aos investimentos estadunidenses⁹. Assim, além de permitir a manutenção do nível de produção conseguido com a guerra, serviria como estímulo aos negócios privados e ao crescimento econômico dos EUA. (SIMON, 2011, apud MACGLADE, 2011, p. 35)

No mesmo ano foi criado o Organisation for European Economic Cooperation (OEEC) para coordenar o uso da ajuda. Essa organização evoluiu para o Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)³⁰ em 1961. O Plano Marshall

²⁹ LANCASTER; DUSEN, 2005, p. 18

³⁰ Organização esta que existe até hoje.

terminou em 1951 e nesses quase 3 anos de existência deu em torno de 12,6 bilhões de dólares em valores da época³¹.

O título longo³² da legislação que criou o Plano Marshall cita o seguinte:

An act to promote world peace and the general welfare, national interest, and foreign policy of the United States through economic, financial, and other measures necessary to the maintenance of conditions abroad in which free institutions may survive and consistent with the maintenance of the strength and stability of the United States. (FOREIGN ASSISTANCE ACT, 1948).

Observe como a lei tem como núcleo duro os interesses estadunidenses de Política Externa (“national interest, and foreign policy of the United States”, “the maintenance of the strength and stability of the United States) através de *Economic Statecraft* (“through economic, financial, and other measures”).

3.3 A Guerra Fria esquentada

A década de 1950's aquece a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Uma “nova velha” estratégia se desenha.

3.3.1 – MSA: Quimera econômica e militar

Conforme o Plano Marshall ia chegando ao fim ficou evidente que os EUA deveriam continuar o programa de ajuda a seus aliados a fim de conter o avanço comunista e preservar aliados. Dessa necessidade foi assinado em 1951 o Mutual Security Act (MSA).

Ele visava substituir o Plano Marshall e ao contrário desse, que tinha carácter unicamente econômico, o MSA foi desenhado de modo a tratar de ajuda econômica, militar e de assistência técnica. É preciso ter em mente que nesse período os EUA

³¹ Uma quantia que em valores de 2001 seria o equivalente a 100 bilhões de dólares (SIMON, 2011, apud GARDNER, 2001).

³² O título longo (*long title* em inglês) é um recurso comum no ordenamento jurídico de países anglófonos. Ele pode ser definido como uma descrição do propósito da lei.

estavam envolvidos na Guerra da Coréia, o que evidenciou que o auxílio militar é necessário para complementar o auxílio econômico³³.

3.3.2 USAID: O calor dos trópicos esquentou a guerra fria

Em 1961 é assinado o Foreign Assistance Act que cria o United States Agency for International Development (USAID). Seu objetivo oficial foi o de reunir em uma única agência os vários programas de Ajuda Externa “espalhados” pelo Estado. O próprio site da agência dá um relato do discurso oficial do seu nascimento:

When the United States Agency for International Development (USAID) was created, it brought together several existing foreign assistance organizations and programs. Until then, there had never been a single agency charged with foreign economic development, so with the passage of the Foreign Assistance Act of 1961 by Congress, U.S. foreign assistance activities underwent a major transformation.

Leading this transformation was President John F. Kennedy. President Kennedy recognized the need to unite development into a single agency responsible for administering aid to foreign countries to promote social and economic development.(USAID, 2018)

Entretanto precisamos ter em mente que a história oficial não dá conta de explicar o contexto em que a USAID foi criada, bem como os seus motivos reais. Com o escalar da Guerra Fria a atenção dos EUA estava cada mais focada na Europa e na Ásia. Na década de 50 ocorre a Guerra da Coréia (1950-1953) com intervenção direta dos EUA, a Guerra do Vietnã (nesse período a ação estadunidense era indireta) e a Revolução Comunista na China em 1949.

A América Latina recebeu pouca atenção dos EUA. Ainda na administração Eisenhower, o entendimento era que o desenvolvimento deveria ser liderado pelo setor privado e que caberia a esses Estados criar um ambiente favorável para o investimento externo (TAFFET, 2007). Entre os anos de 1953 e 1958 os EUA, tanto empréstimos como concessões, distribuíram aproximadamente 12,8 bilhões de dólares mundialmente. Deste

³³ GUESS, 2011, p. 22.

total a América Latina recebeu apenas 783 milhões de dólares, menos de 7%, enquanto países asiáticos ficaram com 6,6 bilhões de dólares mais de 52% do total (TAFFET, 2007).

Historicamente a América Latina teve um certo sentimento antiamericano como resultado das suas ações imperialistas e política de *big stick*. McPherson (2003) explica que

From the days of independence to the middle of the twentieth century, anti-U.S. sentiment touched every major social group in Latin America, especially in the Caribbean. Peasants, workers, and members of the middle class and the elite all resented being exploited or disdained by the United States at some point. Yet social divisions and ambivalence largely inhibited cross-class alliances among Latin Americans, who were left to resist U.S. imperialism in atomized, isolated groups. Eventually the United States government spread its influence even further. (McPherson, 2003 apud Taffet, 2007)

Esse sentimento foi um dos motivadores da Revolução Cubana em 1959. A tomada revolucionária da ilha cubana foi um grande golpe para os Estados Unidos. Fidel Castro mostrou que é possível reverter a dominação estadunidense e trilhar um caminho próprio para a sua nação. O medo de que a experiência cubana fosse seguido por outros países da região exigiu uma resposta à altura para que o exemplo não se espalhasse.

O embargo econômico imposto a ilha em outubro de 1960 foi uma das medidas. Com a deterioração das relações entre EUA e Cuba e já prevendo uma possível invasão dos EUA, Fidel Castro anuncia o caráter socialista da revolução em 16 de abril de 1961. No dia seguinte, em 17 de abril de 1961, os EUA atacam Cuba na Baía dos Porcos com a intenção de derrubar definitivamente o governo socialista. O ataque contou com mais de 1500 exilados cubanos armados e treinados pelo Exército estadunidense e pela CIA.

Operação foi um fiasco e golpe duplo para os Estados Unidos: permitir um Estado socialista no “seu continente” e o fracasso pela via militar. Não por coincidência que a USAID entra em operação em novembro do mesmo ano.

Em seu discurso de posse o presidente Kennedy dá um tom muito humanista e solidário em relação a Ajuda Externa:

To those people in the huts and villages across the globe struggling to break the bonds of mass misery, we pledge our best efforts to help them help themselves, for whatever period is required – not because the Communists may be doing it, not because we seek their votes, but because it is right. (Kennedy, 1961 apud Richards, 1977)

É interessante notar como em um ano a Ajuda Externa passa de uma caridade para uma ferramenta de Política Externa: “Foreign aid is a method by which the United States maintain position of influence and control around the world, and sustains a good many countries which would definitely collapse, or pass into the Communist bloc”. (Kennedy, 1962, apud Richards, 1977).

Atualmente a USAID é responsável por quase metade da Ajuda Externa oferecida pelos EUA, o que a torna a maior agência do seu gênero no mundo. Sua orientação e funcionamento é guiado pela lei que a originou, a Foreign Assistance Act de 1961. Seus cinco principais objetivos são:

- (1) the alleviation of the worst physical manifestations of poverty among the world's poor majority;
- (2) the promotion of conditions enabling developing countries to achieve self-sustaining economic growth with equitable distribution of benefits;
- (3) the encouragement of development processes in which individual civil and economic rights are respected and enhanced;
- (4) the integration of the developing countries into an open and equitable international economic system; and
- (5) the promotion of good governance through combating corruption and improving transparency and accountability (Foreign Assistance Act, 1961, p. 19) (Foreign Assistance Act, 1961, p. 19)³⁴

Apesar de ser uma agência independente, a USAID tem que alinhar os seus objetivos com a Política Externa dos EUA, sob a orientação do Departamento de Estado:

The Congress declares that pursuit of these goals requires that development concerns be fully reflected in United States foreign policy and

³⁴ O item 5 foi incluído através do International Anti-corruption and Good Governance Act de 2000.

that United States development resources be effectively and efficiently utilized.

(b) Under the policy guidance of the Secretary of State, the agency primarily responsible for administering this part should have the responsibility for coordinating all United States development-related activities. (Foreign Assistance Act, 1961, p. 19-20)

A USAID atua de duas formas: assistência técnica e assistência financeira. A assistência técnica compreende treinamento, bolsas de estudos, construção, commodities e pareceres técnicos. Esse corpo de especialistas pode ser originário da própria USAID, iniciativa privada ou de outros órgãos do governo estadunidense. A assistência financeira pode ser concedida diretamente para o governo beneficiado ou para ONG's. Antigamente a USAID concedia empréstimos, mas atualmente ela só concede doações.

3.3.3 Aliança para o Progresso: uma aliança nada santa

O sucesso da Revolução Cubana foi um dos maiores acontecimentos nas relações interamericanas durante a Guerra Fria. A surpresa de um governo socialista a menos de 150km de distância do seu território e o seu fracasso em detê-la exigiu dos EUA uma política mais agressiva para a região além da reorganização via USAID.

Assim nasceu em 1961 a Aliança para o Progresso, um programa de ajuda que previa 10 bilhões de dólares ao longo de 10 anos³⁵. Seu objetivo era

[...] to promote economic growth and political reform in Latin America. Funding by the United States would allow the Latin Americans to build port facilities, hospitals, roads, housing, power plants, and schools. In return, Latin American governments would commit themselves to instituting tax reform, promoting land redistribution, and extending political freedom. (TAFFET, 2007, p. 5)³⁶

³⁵ O equivalente a 100 bilhões de dólares no ano de 2004.

³⁶ No que tange o item de "promoção da distribuição de terras" é interessante observar que a Guatemala, através do seu governo legitimamente eleito, fez a sua reforma agrária em 1952, justamente com o objetivo de desenvolver relações capitalistas no campo. Como resultado a CIA promoveu um golpe de Estado que o tirou do poder em 1954. Para mais informações ver Decreto 900 e Ospina (2013)

Obviamente que o modelo proposto teria como espelho o modelo estadunidense de valores. Apesar de ser um programa regional, a ajuda era alocada por país, com pouca relação entre nível de pobreza, efetividade dos recursos ou algo do gênero.

O programa não atingiu o seu objetivo oficial. Os países da região não tiveram resultados econômicos significativos e nem o fortalecimento de governos democráticos. Sua falha se deve principalmente ao conflito constante entre a disputa da Guerra Fria e os objetivos humanitários. Seu princípio de ser uma parceria de duas vias se mostrou muito mais uma imposição dos EUA para que os países participantes adotassem as políticas desenvolvidas no norte.

Chile, Brasil, Colômbia e República Dominicana ficaram com 60% dos recursos. Nesses quatro países as ações tiveram forte conotação política (TAFFET, 2007):

Chile: A Aliança para o Progresso foi uma grande fonte de recursos para os opositores de Salvador Allende, além é claro das ações da CIA que levaram ao golpe de Estado de 1973.

República Dominicana: O governo dos EUA não enviou ajuda a ditadura de Rafael Trujillo. Com o seu assassinato em 1961 e a vinda do governo democrático de Juan Bosch o país passou a receber ajuda econômica. Com receio de que esse governo se aproximasse demais do comunismo apoiou o golpe militar de 1963. Com a ameaça de que os apoiadores de Bosch retomassem o poder o presidente Johnson invadiu o país em 1965.

Colômbia: O caso colombiano foi diferente. O país tinha a liderança mais pró Aliança para o Progresso do continente, o que fez com que as políticas estadunidenses fossem aplicadas com mais facilidade. Os EUA quiseram fazer desse caso um exemplo de sucesso.

Brasil: Assim como no Chile, os EUA viam com desconfiança do governo de João Goulart e a próxima relação com os pobres e os sindicatos. A primeira ação foi restringir a ajuda dada ao país e quando isso se mostrou ineficiente, o programa

foi suspenso por completo. Depois do golpe militar de 1964, que contou com forte apoio dos EUA, a Aliança para o Progresso voltou a direcionar recursos para o Brasil para assim fortalecer a ditadura e garantir um aliado na Guerra Fria.

Já no final da década de 1960 a Aliança para o Progresso passa a perder força. Com o crescimento da Guerra do Vietnã também cresceram os gastos do governo estadunidense e a necessidade de cortar gastos. O governo Nixon também procurou se afastar de um programa criado por seu antecessor e que era visto como fracassado. Além do mais, a ideia de uma tomada comunista do continente era uma ameaça que perdia força. Ficou evidente para o governo dos EUA que o apoio de ditaduras militares de direta era um meio muito mais eficiente e barato.

3.4 Organização Contemporânea da Ajuda Externa

Depois do ataque de 11 de setembro a ajuda externa estadunidense esteve dirigida para as políticas de segurança nacional. Em 2002, a nova Estratégia de Segurança Nacional³⁷ foi a principal mudança da política externa estadunidense desde o fim da Guerra Fria (LANCASTER E DUSEN, 2005).

Ela se desenvolveu em torno de três pilares: segurança nacional, interesses comerciais e questões humanitárias³⁸. A ajuda dada é concentrada em certas nações, isso porque a importância desses países varia conforme a Política Externa estadunidense na época³⁹.

A primeira coisa que se precisa saber sobre a Ajuda Externa dos EUA na atualidade é que ela é “altamente fragmentada tanto em termos de programas de alocação de ajuda quanto nas responsabilidades pela implementação das políticas” (LANCASTER e DUSEN, 2005, p. 13). Sua alta fragmentação pelos órgãos do governo dos EUA, bem com a necessidade de organizar a ajuda de maneira a agradar atores externos (país receptor) e internos (opinião pública, congresso, trabalhadores da área) e

³⁷ STATE DEPARTMENT. The National Security Strategy of the United States of America. 2002.

³⁸ Tarnoff e Lawson (2011).

³⁹ Um exemplo claro disso é evidenciado na Ásia Central e do Sul, onde essas duas regiões pularam de 2% do total de ajuda externa dos EUA em 2000 para quase 26% do total em 2010, com destaque para o papel do Paquistão e do Afeganistão na Guerra ao Terror (TARNOFF E LAWSON, 2011)

a sua natureza bilateral milita, bilateral econômica e multilateral econômica a tornam esquizofrênica (GUESS, 2011, p.3).

3.4.1 Os responsáveis

As principais agências/órgãos dos EUA que contribuem diretamente com ajuda externa são as que seguem. É importante ressaltar que praticamente todo ministério ou secretaria do governo federal contribui de alguma forma com o total da ajuda externa, mas o seu tamanho e importância variam conforme o tema, país, governo e/ou período histórico.

3.4.1.1 USAID

A USAID é a maior agência de ajuda externa do governo dos EUA. Há mais de 50 ela é a principal gerenciadora de ajuda bilateral, principalmente a ajuda para o desenvolvimento, ajuda para desastres naturais, saúde e o Food for Peace. Ela também é responsável por metade da contribuição para o combate global a AIDS/HIV. Ela atua coordenando centenas de projetos, tanto diretamente como indiretamente através de ONG's e o setor privado.

3.4.1.2 Department of State

Além do programas tocados em parceria com a USAID, o Department of State⁴⁰ administra diretamente “[...] activities dealing with international narcotics control and law enforcement, terrorism, weapons proliferation, democracy promotion, non-U.N. peacekeeping operations, refugee relief, and voluntary support for a range of international organizations such as UNICEF” (TARNOFF E LAWSON, 2011, p. 21).

O State Department também atua em outros programas como o

[...] Office of the Global AIDS Coordinator (OGAC), created to manage President Bush's Global AIDS Initiative, which administered \$5.4 billion in

⁴⁰ O Department of State é o equivalente estadunidense ao Ministério de Relações Exteriores.

FY2010 for international HIV/AIDS, tuberculosis, and malaria programs. Most of these programs, however, are implemented by USAID, the National Institutes of Health, and the Centers for Disease Control. In addition, the State Department, through its Bureau of Political-Military Affairs, has policy authority over the Foreign Military Financing (FMF), International Military Education and Training (IMET), Peacekeeping Operations (PKO), and the Pakistan Counterinsurgency Capability Fund (PCCF), which totaled \$4.7 billion. These programs are administered by the Department of Defense. Police training programs, traditionally the responsibility of the International Narcotics and Law Enforcement (INL) Office in the State Department, have, in the case of Iraq and Afghanistan, been undertaken by DOD, mostly with DOD's own appropriations. (TARNOFF E LAWSON, 2011, p.21)

Além disso ela também é responsável por “guiar” outras agências envolvidas com ajuda e ações estrangeiras, sempre de modo a garantir que as políticas estejam alinhadas com a Política Externa dos EUA.

3.4.1.3 Department of Defense

O Department of Defense (DoD) atua na ajuda tradicionalmente ligada a assistência militar. Ela age em ações de *state-building*, exercícios de treinamento, ajuda humanitária e de desastres naturais e contra narcóticos. Ela também é quem encabeça a reconstrução do Iraque e do Afeganistão, bem como o treinamento e fornecimento de recursos para a suas tropas.

3.4.1.4 – Department of Treasury

O Department of Treasury⁴¹ tem um caráter predominantemente, mas não exclusivamente, de estar ligado a órgãos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial por exemplo. Esse ministério fornece assistência técnica países em temas de reforma econômica e combate ao financiamento de terrorismo, bem como redução de dívidas externas.

3.4.1.5 – Millennium Challenge Corporation

⁴¹ Seu equivalente brasileiro é o Ministério da Fazenda.

O Millennium Challenge Corporation (MCC) foi criado no governo Bush Filho em 2004 com o objetivo de direcionar recursos para alguns países de renda baixa e baixa-média que melhor responderam a reformas políticas, econômicas e sociais. Em parceria com os EUA os países partícipes propõem e formulam projetos de desenvolvimento. Até o momento a maioria tem sido em infraestrutura.

2.4.1.6 – Outras fornecedoras de Ajuda

Vários outros departamentos e agências do governo federal estadunidense tem os seus próprios programas de ajuda externa, apesar de nem sempre se descreverem assim. A USAID estima que mais de 50 unidades do governo federal exercem esse tipo de atividade⁴². Como no caso latino americano a ajuda externa dada é concentrada em algumas agências não convém trazer cada agência ou responsável.

3.5 Como a Ajuda Externa é entregue?

A ajuda externa é entregue de duas formas: grant (concessão/doação) ou loan (empréstimo). As principais formas como uma grant pode assumir são mostradas por Tarnoff e Lawson (2011, p. 23-24) como:

- Cash Transfers (transferência de dinheiro): é a exceção, mas em alguns casos ocorre a transferência de dinheiro diretamente para o governo receptor, geralmente com o propósito de melhorar a balança de pagamentos, serviço da dívida, consumo de produtos estadunidenses ou para projetos internos de desenvolvimento. Ela também é usada como uma “recompensa” para os países que auxiliam os EUA na guerra contra o terror;

⁴² Development Assistance Committee, *Review of the Development Cooperation Policies and Programmes of the United States* (Paris: OECD, 2002)

- Equipamentos e Commodities: a ajuda é dada diretamente na forma de comida, equipamentos militares ou equipamentos outros (como um gerador por exemplo). No caso de equipamentos militares o treinamento pode estar incluso;
- Infraestrutura econômica: foi muito comum até os anos 70, mas passou a ter um papel cada vez menor devido ao alto custo destes projetos⁴³. Na atualidade quem mais contribui nessa forma de ajuda é a MCC;
- Treinamento: a transferência de know-how e conhecimento é o foco dessa modalidade. O treinamento compreende tanto questões militares como civis;
- Expertise: a ajuda se dá na forma de conselhos e recomendações para o governo e o setor privado. Especialistas de diversas agências se mantêm próximos a ministérios ou áreas chaves e fazem recomendações sobre políticas em vários setores.

Atualmente modalidade *loan* (empréstimo) é minoritária e nas duas últimas décadas vem sendo substituída pela *grant*. Essa mudança é um reflexo do alto endividamento dos países pobres, ou seja, não é conveniente promover o desenvolvimento em troca de uma dívida que no futuro comprometa o desenvolvimento. As principais formas de empréstimo são apontadas por Tarnoff e Lawson (2011, p. 25-26) como:

- Loan Guarantees (Garantias de Empréstimos): A USAID tem duas linhas de empréstimos. A primeira é o Development Credit Authority, o risco do empréstimo é compartilhado entre a USAID e um banco privado para facilitar o acesso ao crédito para financiar atividades de desenvolvimento.

⁴³ As exceções são o Egito nos anos 80-90 e o Iraque e o Afeganistão nos anos 2000.

O segundo é o Israeli Loan Guarantee, onde os EUA assumem os pagamentos de empréstimos feitos por bancos comerciais para imigrantes que se mudam para Israel;

- Loan Repayment (pagamento de empréstimos): Cada vez menos recorrente uma vez que a forma de ajuda externa acontece cada vez mais na forma de *grant* do que em *loan*;
- Debt Forgiveness (perdão de dívida): Os EUA perdoam dívidas de certos países e incentivam outros doadores internacionais e instituições financeiras internacionais a fazerem o mesmo. O perdão está ligado ao entendimento de que menos dívidas podem favorecer o desenvolvimento econômico nos países muito endividados. Geralmente esses países passam por processos de reforma econômica e liberalização.

3.6 Maré Rosa

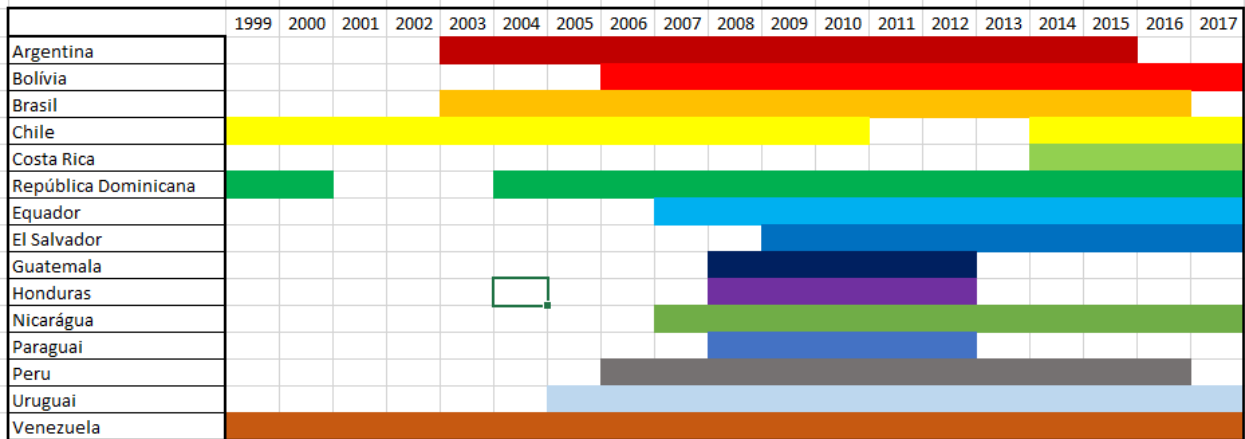
A expressão Maré Rosa passou a ser utilizada na primeira década do século XXI para se referir a “virada a esquerda” dos países Latino Americanos (PIMENTA; ARANTES, 2014; ABBOT, 2014). Essa mudança é caracterizada por uma política econômica de forte inclusão social, queda no desemprego e queda na desigualdade. Os péssimos resultados sociais e econômicos do Consenso de Washington levaram ao poder governos progressistas que, de maneiras diferentes, promoveram políticas diferentes das ditadas pelo neoliberalismo. Os países que compõem a Maré Rosa são:

- Argentina: Néstor Kirchner (2003–2007), Cristina Fernández de Kirchner (2007–2015)
- Bolívia: Evo Morales (2006–presente)
- Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011), Dilma Rousseff (2011–2016)
- Chile: Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994–2000), Ricardo Lagos (2000–2006), Michelle Bachelet (2006–2010; 2014–2018)

- Costa Rica: Luis Guillermo Solís (2014–2018), Carlos Alvarado Quesada (2018–presente)
- Equador: Rafael Correa (2007–2017), Lenín Moreno (2017–presente)
- El Salvador: Mauricio Funes (2009–2014), Salvador Sánchez Cerén (2014–presente)
- Guatemala: Álvaro Colom (2008–2012)
- Honduras: Manuel Zelaya (2006–2009)
- Nicarágua: Daniel Ortega (1979–1990, 2007–presente)
- Paraguai: Fernando Lugo (2008–2012)
- Peru: Alan García Pérez (2006–2011), Ollanta Humala (2011–2016)
- República Dominicana: Leonel Fernández (1996–2000; 2004–2012), Danilo Medina (2012–presente)
- Uruguai: Tabaré Vázquez (2005–2010; 2015–presente), José Mujica (2010–2015)
- Venezuela: Hugo Chávez (1999–2013), Nicolás Maduro (2013–presente)

A Tabela 1 mostra a linha do tempo da Maré Rosa na América Latina. Esse momento na América Latina teve início em 1999 quando Hugo Chávez assume a presidência da Venezuela⁴⁴. É importante ter em mente que apesar da Maré Rosa ser um momento característico do início do século XXI, suas origens estão no final do século passado, mais especificamente no neoliberalismo.

⁴⁴ Nesse mesmo período o Chile já tinha um histórico de governos progressistas moderados. Entretanto ele não foi forte o suficiente para caracterizar

Tabela 3 Linha do tempo da Maré Rosa

Fonte: Elaborado pelo autor

O neoliberalismo ganhou força no centro do capitalismo, em especial nos EUA e na Inglaterra, nos anos 80 liderados pelos governos Reagan e Thatcher. Ele chegou com força na América Latina nos anos 90. E o momento não poderia ser outro. Era não só o fim da União Soviética, mas o fim da própria história de acordo com o Fukuyama (1992).

O neoliberalismo seria o caminho inevitável da nova ordem mundial. Se bem aplicado, as recomendações do Consenso de Washington seriam capazes de liberar as forças de mercado e combater os efeitos do subdesenvolvimento. De uma maneira geral os resultados sociais do neoliberalismo (como as privatizações, ajustes fiscais, redução do Estado, etc) foram terríveis: aumento do desemprego, empobrecimento, precarização do trabalho e aumento da desigualdade. É nesse cenário de insatisfação que as forças de esquerda chegam ao poder.

2.6.1 A esquerda boa e a esquerda má

A leitura mais convencional da Maré Rosa tende a uma dicotomia entre uma esquerda que abraça a globalização e outra que se opõe a ela. Quem melhor exemplifica isso é Jorge Castañeda no seu famoso artigo “Latin America Left’s Turn” publicado em 2006 na Foreign Affairs.

A esquerda “boa” é descrita como “[...] modern, open-minded, reformist, and internationalist, and it springs, paradoxically, from the hard-core left of the past.” (CASTAÑEDA, 2006, p. 29). Ela tem forte influência dos partidos comunistas tradicionais, mas abraçaram o neoliberalismo e o livre mercado com um forte viés social democrata. Para o autor o Brasil, o Chile e o Uruguai entram nessa categoria.

Já a esquerda “ruim” tem origem na forte tradição do populismo latino americano, são nacionalistas, fechados e veem na política uma forma de se manterem no poder a todo custo (CASTAÑEDA, 2006). Essa esquerda é criticada pelo autor por não abraçar a globalização, por não aprender com os erros do passado e por sua retórica antiamericana exagerada. São exemplos dessa esquerda a Venezuela, a Argentina e a Bolívia⁴⁵.

Autores como Chodor (2015) e Iber (2016) criticam essa dicotomia entre os governos da Maré Rosa. Segundo os autores supracitados, a diferenciação dos governos progressistas decorre de fatores históricos, culturais, raciais (principalmente na questão indígena), de desigualdade e de ideologias que estão ausentes ou são superficiais no binômio esquerda “boa” e “ruim”. Apesar disso essa dualidade entre as duas esquerdas será considerada pois elas partem do mesmo ponto: o neoliberalismo. A diferença entre elas é que uma esquerda não rompe radicalmente o neoliberalismo/globalização e busca mitigar seus efeitos negativos, enquanto a outra esquerda rejeita esse projeto. Apesar de suas diferenças, as duas esquerdas buscam construir um espaço de autonomia e soberania latino-americana, desenvolvimento econômico e combate às desigualdades.

É também importante manter essa divisão entre as duas esquerdas porque essa é a visão também adotada pelo governo dos EUA.

3.6.2 – Um espaço contra hegemônico

Chodor (2015) aponta que a Maré Rosa criou três grandes espaços para buscar a sua autonomia e melhor inserção da região no cenário internacional: o espaço político, o espaço econômico e o espaço ideológico.

⁴⁵ O governo de Rafael Correia no Equador também entraria nessa classificação. Ele foi citado pelo autor porque o artigo é de 2006 e o referido presidente chegou ao poder em 2007.

3.6.2.1 – O espaço político

Várias Organizações Internacionais foram criadas pelos governos da Maré Rosa para aprofundar a integração regional. A CELAC (Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos) reúne todos os países da região com exceção dos EUA e do Canadá. Seu objetivo é superar a OEA (Organização dos Estados Americanos), que é notoriamente controlado pelos EUA⁴⁶.

Lançada em 2008, a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) reúne os 12 países independentes da América do Sul. Com muita ambição, ela nasce com a “[...] determinação de construir uma identidade e cidadania sul-americanas e desenvolver um espaço regional integrado no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infra-estrutura, para contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe” (UNASUL, 2008, p. 1).

A ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) tem como princípio a luta contra a pobreza e a exclusão social. Nascida originalmente entre Cuba e Venezuela como uma reação ao Tratado de Livre Comércio com os EUA, atualmente Antígua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Equador, Nicarágua e São Vicente e Granadinas são países membros.

Como uma busca por maior autonomia política frente aos EUA pode-se citar a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano dentro da UNASUL⁴⁷, o apoio a Venezuela com o convite para ingressar no MERCOSUL⁴⁸⁴⁹ e a condenação do golpe de Estado em Honduras em 2009⁵⁰.

3.6.2.2 Espaço Econômico

⁴⁶ CHODOR, 2015, p.149

⁴⁷ *Ibidem*, p. 150

⁴⁸ Apoio importante considerando que Chávez passava por um referendo sensível na época.

⁴⁹ CHODOR, 2015, p.151

⁵⁰ *Ibidem*, p.151

Os governos da Maré Rosa procuram um desenvolvimento endógeno de maneira a reduzir a sua dependência frente aos EUA, ao capital externo e as instituições financeiras internacionais.

Grande parte desse esforço se deu na busca de alternativas para as trocas comerciais e fontes de investimentos. E como é de esperar não é possível deixar de comentar sobre a China. Com o seu crescimento de dois dígitos, a China tem se mostrado um ótimo mercado para a importação dos commodities produzidos na região.

Os países da região também conseguiram acumular importantes reservas internacionais, o que permitiu que a crise financeira de 2008 tivesse um impacto menor e os países ficassem menos vulneráveis aos capitais voláteis⁵¹. O Mercosul também se mostrou um espaço econômico importante ao receber a Bolívia e a Venezuela como membros. O Equador também já mostrou interesse em se tornar membro.

É importante apontar que os países da Maré Rosa também realizaram grandes esforços na criação de fontes regionais de financiamento e investimento. Pode-se citar o Banco do Sul, o Banco da ALBA e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Essas fontes alternativas reduziram a atuação das instituições financeiras internacionais na região, em especial a atuação do FMI e as suas condicionalidades draconianas⁵².

A abundância de petróleo na Venezuela levou esse país a criar o Petrocaribe. Seu objetivo é fornecer aos Estados membros (16 no total) petróleo barato e com uma linha de financiamento de longo prazo.

Na questão econômica é possível observar as diferenças entre o Brasil e a Venezuela. O Brasil tem um viés mais neoestruturalista de desenvolvimento e conduz a integração de forma a melhorar a competitividade na economia global sem questionar a orientação de mercado (CHODOR, 2015, p. 156).

Já o entendimento venezuelano sobre o desenvolvimento para a região

[...] has led to a different type of regional economic project. The key body here has been ALBA, which encourages cooperation between staterun companies in order to strengthen their position vis-à-vis private capital and supports nationalization and

⁵¹ CHODOR, 2015, p. 155.

⁵² Ibdem, p. 155

expropriation of companies and natural resources so that the state can reaffirm its role as the ‘central actor of the economy’ (ALBA 2010b). Likewise, ALBA has provided funding, support, and education for cooperatives, worker-run enterprises, and subsistence agriculture, as the seeds of alternative logics of economic production based on solidarity and cooperation. (CHODOR, 2015, p. 156)

Nesse sentido a ALBA se apresenta como um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo.

3.6.2.3 – Espaço Ideológico

Historicamente as elites da América Latina sempre olharam para fora para buscar soluções para as suas questões internas: “These referents changed over time – from Spain and Portugal during the colonial period, to Britain and France in the 19th century, to the United States in the 20th century – but the ideological subordination remained the same.” (CHODOR, 2015, p. 159).

Essa subordinação das classes dominantes foi um elemento importantíssimo nas intervenções estadunidenses durante a Guerra Fria. Essas mesmas elites dominadas ideologicamente pelo centro foram instrumentalizadas para combater os governos progressistas da Maré Rosa (e podemos citar aqui o golpe contra Manuel Zelaya em Honduras, o contínuo ataque midiático contra Rafael Correa no Equador e a revolta dos estados ricos em gás e petróleo contra Evo Morales na Bolívia)⁵³.

Com o desejo de construir uma imagem própria e livre da dominação cultural estrangeira foi criado em 2005 o canal de televisão Telesur. Seu objetivo é se tornar uma alternativa regional para os meios de comunicação ocidentais (tais como a CNN e a BBC) e aos meios de comunicação locais de oposição aos governos progressistas⁵⁴.

⁵³ CHODOR, 2015, p. 159.

⁵⁴ Para mais informações sobre como os meios de comunicação privados da região atuam contra governos progressistas recomenda-se os documentários “A revolução não será televisionada” e “Além do Cidadão Kane”.

3.7 A contestação da hegemonia estadunidense

Como já exposto anteriormente, a Maré Rosa pode ser entendida como uma resposta à crise do neoliberalismo encabeçado pelos EUA. Entretanto, é preciso ter em mente que essa contestação não é um fenômeno ligado exclusivamente a América Latina, mas sim um fenômeno global.

Nos anos 90 a região estava sendo cortejada para a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Os países da região pediam aos EUA abertura do mercado estadunidense para produtos agrícolas da região. A resposta foi uma negativa por parte dos EUA, pois este entendia que a solução se dava através de mais liberdade econômica.

Com os ataques de 11 de Setembro, a Guerra ao Terror chega a região. Por não ter grupos terroristas “tradicionais” os traficantes de drogas foram “promovidos” a narcoterroristas (CHODOR, 2015, p. 163). Isso foi conveniente pois ao mesmo tempo que homogeneiza o discurso (afinal, quem será contra as diversas formas de terrorismo?) ela também permite levar para a esfera da segurança os problemas causados pelo neoliberalismo (tais como a violência, instituições fracas, entre outros).

Enquanto alguns países aceitaram a ajuda estadunidense para a securitização, muitos outros recusaram devido as recentes lembranças das ditaduras militares. Isso levou muitos países a se afastarem de Washington e suas políticas. O caso que melhor exemplifica essa relação é o da Bolívia, onde a constante repressão aos agricultores de coca levou um líder *cocalero* ao poder.

Quatro grandes fatores no começo do século XXI desviaram a atenção da potência estadunidense além do 11 de Setembro (CHODOR, 2015, p. 168). A primeira é a China. Sustentando um vigoroso crescimento econômico, a ascensão da China tem modificado todo o cenário global e em especial o asiático. Além dela se tornar um grande parceiro comercial e financeiro dos países da América Latina, a China é também uma das maiores detentoras da dívida dos EUA.

O segundo fator é o Oriente Médio. Além da questão do Iraque, o Oriente Médio passou pela chamada Primavera Árabe. A importância desse evento foi a queda de

ditadores apoiados pelos EUA, o que muda consideravelmente a influência estadunidense em uma região tão volátil.

O terceiro fator foi o estouro da crise de 2007-2008. A crise impactou negativamente na capacidade de projeção de poder e hegemonia. Uma crise no coração do sistema financeiro mundial também colocou em cheque o discurso da capacidade de o neoliberalismo ser uma alternativa capaz de garantir o bem-estar das pessoas.

[...] three decades of neoliberalism have done significant damage to the fabric of American society. Between 1979 and 2007, the incomes of the richest 1 per cent of the population, which now controls 40 per cent of the wealth in the country, grew by 275 per cent, compared to 18 per cent for the bottom 20 per cent, placing the United States amongst the most unequal countries in the West (Congressional Budget Office 2011). Moreover, since the GFC, this top 1 per cent has captured 95 per cent of the economic gains. (CHODOR, 2015, p. 171).

O quarto fator é o legado do presidente George W. Bush. Seu governo vinha atropelando o soft-power estadunidense no pós 11 de Setembro com sua política de desprezo pelas instituições globais, como no caso da invasão do Iraque sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU. Ao utilizar como primeiro recurso o hard-power, fica evidente que vem ocorrendo uma perda da hegemonia e da sua capacidade de gerar consensos.

4. O padrão de ajuda externa para as américas

Para esse trabalho serão usados dados dos países e territórios ultramarinos do chamado Hemisfério Ocidental, que compreende as américas e o caribe. Fazem parte desse grupo os seguintes países: Anguila, Antígua e Barbuda, Argentina, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Guiana Francesa, Haiti, Honduras, Ilhas Cayman, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, México, Monserrate, Antilhas Holandesas, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Martinho, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A ajuda externa é sempre contabilizada na menor unidade geográfica possível, o país. Quando isso não for possível é utilizado o termo “região”. Sobre a região:

The Foreign Aid Explorer website uses the term 'region' in two different ways: (1) to designate assistance to a non-country-specific recipient and (2) summarize assistance by geographic area. [...] . Total foreign assistance is the sum of aid to each and all 'Region' recipients and the specific benefitting countries (i.e. the sum of all 'country' entities). (Foreign Aid Explorer, 2018)⁵⁵

A USAID trabalha com as seguintes regiões para o Hemisfério Ocidental: Caribe, América Central e Caribe, América Central, América Latina, América do Norte, América Central e do Norte, América do Norte e Região do Hemisfério Ocidental.

Para esse estudo a ajuda dada ao Canadá não será contabilizada por esse ser um país de alto desenvolvimento socioeconômico e de características históricas que pouco se aproximam da América Latina e Caribe.

A fonte dos dados usados na ajuda externa estadunidense é o “Foreign Aid Explorer: The official record of U.S. foreign aid” (FAE). De responsabilidade da USAID⁵⁶, o relatório contém um histórico de toda a ajuda oficial dada pelos EUA de 1946 até o

⁵⁵ <https://explorer.usaid.gov/about.html#tab-glossary>

⁵⁶ A responsabilidade da USAID de reportar a ajuda do governo dos EUA ao Congresso é expressada no Foreign Assistance Act de 1961.

presente. Ela é a fonte oficial dos relatórios do U.S. Overseas and Loans and Grants (enviado anualmente para o Congresso) e o U.S. Government's Annual Assistance Report (USAAR) enviado ao Development Assistance Committee (DAC)⁵⁷ da OCDE.

O foco deste trabalho é o período que compreende os dois governos Bush (2001-2009) e os dois governos Obama (2009-2017). Os dados completos disponibilizados vão somente até 2016, o que não prejudica a análise já que o último governo Obama teve apenas 20 dias de duração no ano de 2017⁵⁸.

Em alguns casos serão apresentados dados desde os anos 1990's com a finalidade de mostrar a evolução histórica. No ano de 2016 há uma considerável queda na ajuda externa. Isso não se deve a cortes nesses programas, mas sim a atrasos nos relatórios do State Department em função de congelamento de recursos por parte do Congresso (FAE, 2018).

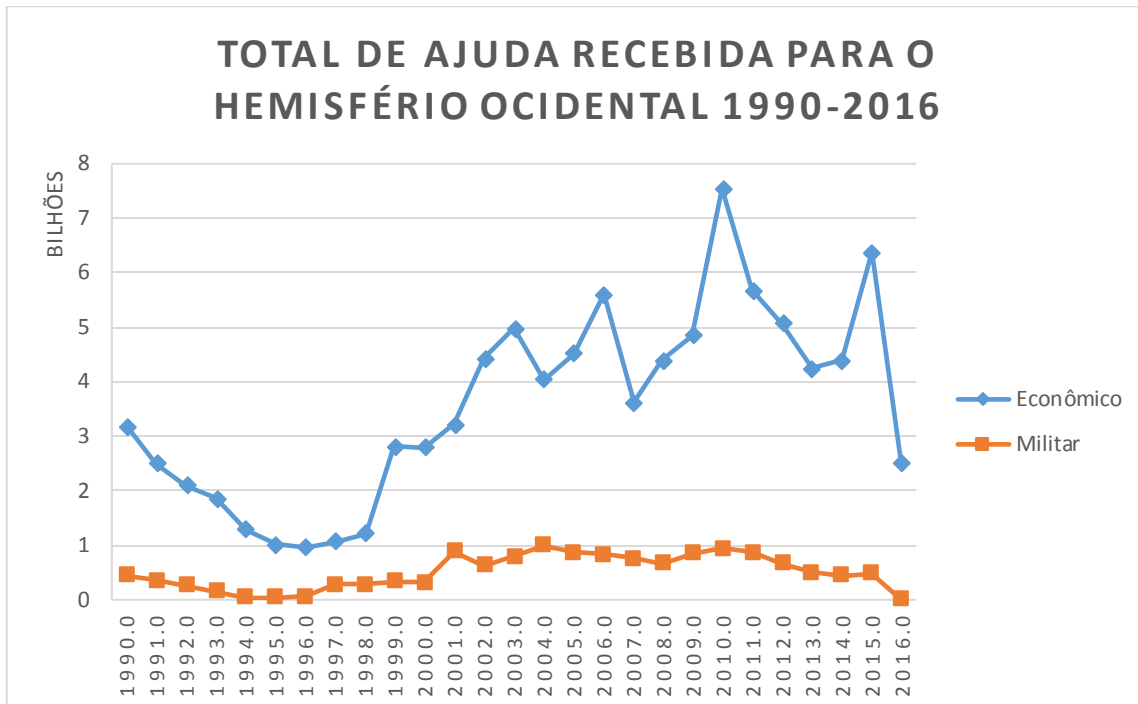
Os valores apresentados estão todos em dólares americanos em valores constantes, tendo como base o ano de 2016. Neste capítulo será analisado o padrão de ajuda total o Hemisfério Ocidental (Américas e Caribe), seguida de uma comparação entre o padrão de ajuda para os países da Maré Rosa e os países que não fazem parte deste grupo. Por último será feito uma análise mais detalhada para dois países: Colômbia e Venezuela.

4.1 O padrão de ajuda para o Hemisfério Ocidental

No gráfico 1 há o total de ajuda recebida pelo hemisfério ocidental entre 1990 e 2016. A ajuda é separada em duas categorias: a econômica e a militar. A ajuda econômica compreende 87.49% do total, enquanto a militar é de apenas 12.51%. O objetivo deste tem como foco a ajuda econômica, mas uma rápida análise da ajuda militar é válida.

⁵⁷ A DAC é um fórum da OCDE que reúne os maiores doadores não internacionais.

⁵⁸ Nos EUA a troca de presidente acontece no dia 20 de janeiro.

Gráfico 1 Total de ajuda para o Hemisfério Ocidental (2001-2016)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

4.1.1 – A ajuda Militar para o Hemisfério Ocidental

Na Tabela 4 há a porcentagem do total de ajuda militar recebida por país entre 2001 e 2016. O nível de concentração é alto: a Colômbia sozinha recebe pouco mais da metade, $\frac{3}{4}$ do total vão para apenas quatro países (Colômbia, México Equador e Antilhas Holandesas), enquanto 14,05% do total são divididos para o resto da região.

Tabela 4 Total de Ajuda Militar (2001-2015)

PAÍS	% DO TOTAL	TOTAL (em US\$)
Colômbia	53.18%	\$5,937,193,174
México	12.68%	\$1,415,704,063
Equador	4.80%	\$535,429,950
Antilhas Holandesas	3.60%	\$402,424,240
Peru	3.31%	\$369,072,662
El Salvador	2.80%	\$312,544,562
Guatemala	2.05%	\$229,299,926
Honduras	1.86%	\$207,979,494

Panamá	1.67%	\$186,543,870
Outros	14.05%	\$1,568,447,298

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

Ao analisarmos as agências e subagências que executaram a ajuda militar temos a Tabela 5

Tabela 5 Total de ajuda militar por agência e subagência

AGÊNCIA E SUBANGÊNCIA	% DO TOTAL	VALOR (em US\$)
Department of Defense	97.81%	\$13,452,881,226
Office of Counternarcotics	64.29%	\$8,843,184,550
Defense Security Cooperation Agency	33.51%	\$4,609,145,057
Army Corp of Engineers	0.00%	\$275,340
Defense Threat Reduction Agency	0.00%	\$276,279
Department of State	0.11%	\$15,663,748
Political-Military Affairs	0.11%	\$15,663,748
Department of the Air Force	0.33%	\$44,803,048
Defense Security Cooperation Agency	0.33%	\$44,803,048
Department of the Army	0.73%	\$100,651,437
Defense Security Cooperation Agency	0.73%	\$100,651,437
Department of the Navy	1.02%	\$140,096,568
Defense Security Cooperation Agency	1.02%	\$140,096,568
Total Geral	100.00%	\$13,754,096,027

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE.

A quase totalidade da ajuda militar vem do Department of Defense. Dentro do DoD duas subagências são as principais a atuarem na região: A Office of Counternarcotics (Secretaria de Contra Narcóticos) e a Defense Security Cooperation Agency – DSCA (Agência de Cooperação em Segurança e Defesa). A missão da DSCA é

[...] to advance U.S. national security and foreign policy interests by building the capacity of foreign security forces to respond to shared challenges. DSCA leads the broader U.S. security cooperation enterprise in its efforts to train, educate, advise, and

equip foreign partners. **DSCA administers security cooperation programs that support U.S. policy interests and objectives identified by the White House, Department of Defense, and Department of State. These objectives include developing specific partner capabilities, building alliances and partnerships, and facilitating U.S. access.** (DSCA, 2018, grifo meu).

Ayerbe (2002) explica que essa atenção ao narcotráfico ganhou momento nos anos 80. É nesse período que o combate as drogas passam a assumir um tom segurança nacional que ultrapassa o âmbito interno e passa a se tornar uma questão de Política Externa⁵⁹. Ainda no governo Reagan viu-se que “Para reduzir os custos políticos internos de uma repressão mais efetiva ao consumo, a ênfase será dada ao lado da oferta do produto, atingindo de maneira mais violenta as fontes produtoras. ” (AYERBE, 2002, p. 2014).

Na Lei Antidrogas de 1986 os EUA criaram uma lista de países que não estavam comprometidos na luta contra o narcotráfico⁶⁰. Estar nesta lista suspendia a ajuda externa dada⁶¹ ao país e sanções econômicas poderiam ser tomadas. Assim, o recebimento de ajuda externa estava condicionado a cooperação no combate as drogas (FRAGA, 2007).

O fato da Colômbia se destacar nesse tipo de ajuda externa pode ser explicado pelo fato dela ser um dos maiores produtores de cocaína do mundo e das insurreições de esquerda que há décadas lutam pela tomada do poder (AYERBE, 2002).

4.1.2 O total de ajuda externa econômica para o Hemisfério Ocidental

De volta a ajuda econômica, na Tabela 6 é possível observar a distribuição do total da ajuda econômica entre 2001 e 2016 por país.

⁵⁹ AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

⁶⁰ Essa lista era atualizada anualmente.

⁶¹ Exceto a ajuda humanitária e a de combate as drogas (AYERBE, 2002)

Tabela 6 Total de ajuda econômica por país (2001-2016)

PAÍS	% DO TOTAL	VALORES (em US\$)
Colômbia	20.89%	\$15,748,723,248
Haiti	14.86%	\$11,205,017,886
Peru	8.27%	\$6,235,090,028
México	7.81%	\$5,889,648,114
Região da América Latina e Caribe	7.55%	\$5,691,343,957
Bolívia	5.54%	\$4,174,223,002
El Salvador	4.84%	\$3,648,564,222
Guatemala	4.69%	\$3,536,137,614
Honduras	4.03%	\$3,035,341,590
Região da América Central	2.98%	\$2,249,268,127
Nicarágua	2.86%	\$2,152,845,158
República Dominicana	2.23%	\$1,679,437,735
Equador	2.06%	\$1,555,126,995
Região do Caribe	1.60%	\$1,207,042,266
Latin America Region	1.45%	\$1,095,764,618
Jamaica	1.37%	\$1,033,347,329
Brasil	1.29%	\$969,010,938
Paraguai	1.00%	\$756,313,152
Região da América Central e Caribe	0.86%	\$645,777,984
Outros	3.82%	\$2,877,871,298
Total Geral	100.00%	\$75,385,895,261

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do FAE.

Nota-se novamente uma grande concentração da distribuição da ajuda econômica: quatro países (Colômbia, Haiti, México e Peru) concentram pouco mais da metade dos recursos recebidos, enquanto 41 países/regiões receberam 14,03% do total. É interessante observar que Colômbia, Peru e México mais uma vez aparecem entre os 5 maiores recebedores de ajuda. A segunda colocação do Haiti na lista de receptores se deve principalmente pelos esforços de recuperação do país do terremoto de 2010⁶².

Considerando as agências e subagências que executaram a ajuda econômica, observa-se na Tabela 7 a predominância da USAID e do Department of State.

⁶² Lembrando que antes do terremoto esse país era um dos mais pobres do mundo.

Tabela 7 Total de ajuda econômica por agência (2001-2016)

AGÊNCIA	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
U.S. Agency for International Development	\$37,030,779,420	49.12%
Bureau for Latin America and Caribbean	\$30,709,490,624	40.74%
Bureau for Democracy, Conflict and Humanitarian Assistance	\$5,746,703,857	7.62%
Bureau for Food Security	\$207,937,991	0.28%
Bureau for Economic Growth, Agriculture and Trade	\$110,761,540	0.15%
USAID Bureau - Other	\$85,087,501	0.11%
Bureau for Global Health	\$81,833,264	0.11%
Office of Development Partner	\$58,884,049	0.08%
Bureau for Economic Growth, Education, and Environment	\$16,654,248	0.02%
Global Bureau (Historic)	\$7,702,973	0.01%
Global Development Lab	\$3,871,056	0.01%
Office of Civil Rights and Diversity	\$787,217	0.00%
Bureau for Management	\$544,281	0.00%
Bureau for Policy, Planning, and Learning	\$243,264	0.00%
Bureau for Policy and Program Coordination	\$132,504	0.00%
Office of Legislative and Public Affairs	\$92,225	0.00%
Bureau for Africa	\$27,850	0.00%
Bureau for Europe and Eurasia	\$24,976	0.00%
Department of State	\$24,155,480,847	32.04%
International Narcotics and Law Enforcement Affairs	\$21,505,013,418	28.53%
Population, Refugees, and Migration	\$1,272,095,801	1.69%
National Endowment for Democracy	\$420,413,810	0.56%
International Organization Affairs	\$253,962,344	0.34%
Democracy, Human Rights, and Labor	\$173,501,042	0.23%
Bureau of Diplomatic Security	\$134,761,370	0.18%
Oceans and International Environmental and Scientific Affairs	\$99,940,692	0.13%
Political-Military Affairs	\$83,155,428	0.11%
Trafficking in Persons	\$81,784,574	0.11%
International Security and Nonproliferation	\$51,960,595	0.07%
Counterterrorism Coordinator	\$33,584,737	0.04%
Bureau of Educational and Cultural Affairs	\$21,095,536	0.03%
Western Hemisphere Affairs	\$19,171,973	0.03%
not applicable	\$4,570,662	0.01%
Global AIDS Coordinator, Office of	\$360,380	0.00%
Intelligence and Research	\$108,485	0.00%

Department of the Treasury	\$2,317,020,274	3.07%
Department of Agriculture	\$2,241,283,500	2.97%
Department of Health and Human Services	\$2,096,013,186	2.78%
Millennium Challenge Corporation	\$2,087,639,923	2.77%
Peace Corps	\$1,489,923,244	1.98%
Department of Defense	\$1,215,342,856	1.61%
Inter-American Foundation	\$738,893,484	0.98%
Department of Energy	\$675,199,702	0.90%
Department of Labor	\$621,134,257	0.82%
Trade and Development Agency	\$314,086,579	0.42%
Department of the Interior	\$227,363,995	0.30%
Department of Justice	\$96,057,699	0.13%
Environmental Protection Agency	\$40,432,953	0.05%
Department of Homeland Security	\$19,749,538	0.03%
Department of Commerce	\$10,348,460	0.01%
Department of Transportation	\$4,783,500	0.01%
Department of the Army	\$3,826,678	0.01%
Federal Trade Commission	\$535,166	0.00%
Total Geral	\$75,385,895,261	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

Essas duas agências concentram 81.16% do total da ajuda econômica enviada para a região. Apenas três subagências sozinhas totalizam 76.89% da ajuda econômica: Bureau for Latin America and Caribbean – USAID (40,74%), Bureau for Democracy, Conflict and Humanitarian Assistance – USAID (7,62%) e a Internacional Narcotics and Law Enforcement Affairs - Department of State (28,53%).

O total de ajuda econômica também pode ser analisada não somente a partir das agências executoras, mas também por setor. Nesse caso há duas metodologias a do Governo dos EUA (USG Sector) e a da DAC-OCDE (Development Assistance Committee).

Considerando os Setores do Governos dos EUA tem-se a tabela 8.

Tabela 8 Total de ajuda econômica por setor (USG) - 2001-2016

SETOR (USG)	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
Counter-Narcotics	\$14,088,297,696	18.69%
Rule of Law and Human Rights	\$11,503,341,553	15.26%
Protection, Assistance and Solutions	\$6,276,584,502	8.33%
Agriculture	\$4,869,201,938	6.46%
Direct Administrative Costs	\$3,808,882,459	5.05%
HIV/AIDS	\$3,691,136,054	4.90%
Good Governance	\$3,219,189,094	4.27%
Social Services	\$2,693,696,027	3.57%
International Contributions	\$2,425,921,930	3.22%
Stabilization Operations and Security Sector Reform	\$1,702,790,859	2.26%
Infrastructure	\$1,606,378,241	2.13%
Other Public Health Threats	\$1,544,525,911	2.05%
Basic Education	\$1,456,819,756	1.93%
Clean Productive Environment	\$1,452,234,680	1.93%
Natural Resources and Biodiversity	\$1,439,533,390	1.91%
Macroeconomic Foundation for Growth	\$1,118,559,826	1.48%
Humanitarian Assistance - General	\$1,115,150,593	1.48%
Family Planning and Reproductive Health	\$1,109,688,339	1.47%
Policies, Regulations, and Systems	\$946,513,799	1.26%
Maternal and Child Health	\$856,544,601	1.14%
Civil Society	\$845,179,659	1.12%
Conflict Mitigation and Reconciliation	\$840,096,065	1.11%
Private Sector Competitiveness	\$766,352,905	1.02%
Trade and Investment	\$691,671,209	0.92%
Nutrition	\$672,320,059	0.89%
Labor Policies and Markets	\$553,988,028	0.73%
Higher Education	\$486,650,799	0.65%
Disaster Readiness	\$479,105,246	0.64%
Economic Opportunity	\$475,581,770	0.63%
Social Assistance	\$452,261,378	0.60%
Outros	\$2,197,696,895	2.92%
Total Geral	\$75,385,895,261	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

Ao se organizar a ajuda econômica de acordo com os setores da DAC (segmentando dentro destes a sua categoria e propósito) tem-se a tabela 9.

Tabela 9 Ajuda econômica por setor (DAC) 2001-2016

SETOR	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
Governance	\$31,591,184,159	41.91%
Government and Civil Society, General	\$16,269,694,780	21.58%
Legal and judicial development	\$10,955,904,696	14.53%
Public sector policy and administrative management	\$2,084,306,852	2.76%
Democratic participation and civil society	\$975,253,836	1.29%
Decentralisation and support to subnational government	\$660,333,993	0.88%
Human rights	\$497,647,379	0.66%
Anti-corruption organisations and institutions	\$343,448,356	0.46%
Elections	\$271,739,867	0.36%
Public finance management	\$220,529,196	0.29%
Legislatures and political parties	\$147,039,452	0.20%
Media and free flow of information	\$80,625,554	0.11%
Women's equality organisations and institutions	\$22,825,886	0.03%
Tax policy and tax administration support	\$10,039,713	0.01%
Other Social Infrastructure and Services	\$12,971,823,254	17.21%
Narcotics control	\$10,560,215,936	14.01%
Employment policy and administrative management	\$1,268,465,348	1.68%
Social/ welfare services	\$888,181,017	1.18%
Multisector aid for basic social services	\$226,601,195	0.30%
Social mitigation of HIV/AIDS	\$12,184,590	0.02%
Culture and recreation	\$8,870,227	0.01%
Housing policy and administrative management	\$3,882,413	0.01%
Low-cost housing	\$2,999,103	0.00%
Statistical capacity building	\$423,425	0.00%
Conflict Prevention & Resolution, Peace and Security	\$2,349,666,125	3.12%
Other	\$10,520,517,300	13.96%
Health and Population	\$8,529,972,079	11.32%
Agriculture	\$7,612,650,896	10.10%
Humanitarian	\$7,396,099,994	9.81%
Commodity Assistance	\$3,697,720,812	4.91%
Education	\$2,199,161,186	2.92%
Infrastructure	\$2,067,777,483	2.74%
Economic Growth	\$1,770,811,352	2.35%
Total Geral	\$75,385,895,261	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE.

É importante observar que apesar da ajuda ser classificada como econômica ela está de fato muito mais ligada a governança, sistema legal/judiciário e as drogas do que

diretamente ligada ao desenvolvimento da economia. Áreas como educação, infraestrutura e crescimento econômico receberam 8.01%, enquanto governança e combate ao narcotráfico receberam mais da metade (55.91%).

Por último, analisaremos quais são os canais usados para entregar/executar a ajuda econômica. Oito são os canais oficiais utilizados. Na tabela 10 estão disponíveis os canais e subcanais usados pelo governo dos EUA.

Tabela 10 Canais e subcanais de ajuda econômica (2001-2016)

CANAL	SUBCANAL
Government	Government - United States
	Government - Non United States
Enterprises	Enterprises - United States
	Enterprises - Non United States
NGO	NGO - United States
	NGO - International
	NGO - Non United States
Multilateral	Multilateral - Other
	Multilateral - United Nations
	Multilateral - Regional Development Banks
	Multilateral - World Bank Group
	Multilateral - International Monetary Fund
Church and Faith Based	Church and Faith Based - United States
	Church and Faith Based - Non United States
Universities and Research Institutes	Universities and Research Institutes - United States
	Universities and Research Institutes - Non United States
Networks	Não há subcanal
Public and Private Partnerships	Não há subcanal

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE.

Na tabela 11 encontra-se a distribuição da ajuda econômica por esses oito canais.

Canais e subcanais da ajuda econômica utilizados (2001-2016)

CANAL E SUBCANAL	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
Government	\$35,432,065,833	47.00%
Government - United States	\$34,055,187,155	45.17%
Government - Non United States	\$1,376,878,678	1.83%
Enterprises	\$16,358,140,821	21.70%
Enterprises - United States	\$13,875,424,546	18.41%
Enterprises - Non United States	\$2,482,716,275	3.29%
NGO	\$13,520,786,575	17.94%
NGO - United States	\$8,633,621,539	11.45%
NGO - International	\$2,820,267,939	3.74%
NGO - Non United States	\$2,066,897,097	2.74%
Multilateral	\$7,017,611,474	9.31%
Multilateral - Other	\$2,557,162,235	3.39%
Multilateral - United Nations	\$2,218,327,372	2.94%
Multilateral - Regional Development Banks	\$2,172,137,321	2.88%
Multilateral - World Bank Group	\$69,984,328	0.09%
Multilateral - International Monetary Fund	\$218	0.00%
Church and Faith Based	\$1,546,752,290	2.05%
Church and Faith Based - United States	\$1,248,162,380	1.66%
Church and Faith Based - Non United States	\$298,589,910	0.40%
Universities and Research Institutes	\$1,430,956,315	1.90%
Universities and Research Institutes - United States	\$1,269,941,710	1.68%
Universities and Research Institutes - Non United States	\$161,014,605	0.21%
Networks	\$71,782,105	0.10%
Public and Private Partnerships	\$7,799,848	0.01%
Total Geral	\$75,385,895,261	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE.

Quase metade da ajuda tem como canal o Governo dos EUA. É importante notar que em todos os canais há maior utilização de canais com sede nos Estados Unidos

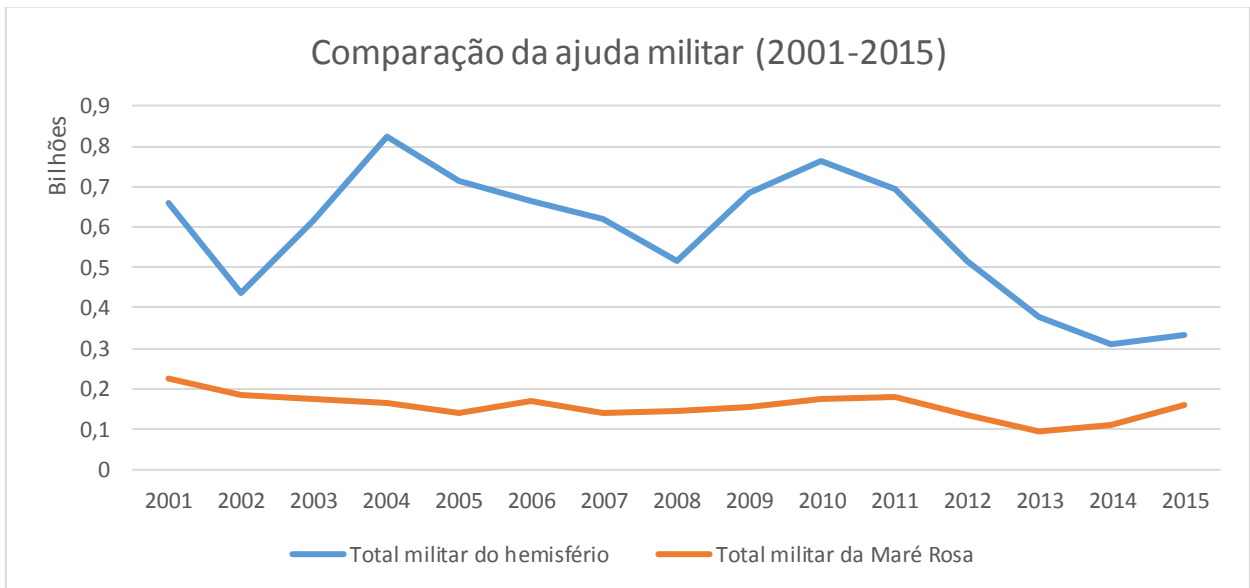
4.2. Comparando o padrão de ajuda entre os países da Maré Rosa e o resto do hemisfério

Para comparar o padrão de ajuda dada para o hemisfério será considerado somente a ajuda destinada diretamente aos países e territórios ultramarinos. Como não

é possível determinar com exatidão o país favorecido do item “região”⁶³ da lista de beneficiados ela não será contabilizada. Assim teremos duas categorias: a dos países da Maré Rosa e a dos outros países do Hemisfério Ocidental.

No gráfico 2 temos a comparação da ajuda militar. Nesse período há uma leve tendência de queda nos países da Maré Rosa. Enquanto isso os países do hemisfério ocidental concentram a maioria da ajuda militar recebida. Os dois picos de ajuda militar dos países do hemisfério ocidental coincidem em dois momentos importantes do mundo e da região: o primeiro pico coincide com o início da Guerra ao Terror e o segundo pico com o auge da Maré Rosa na região.

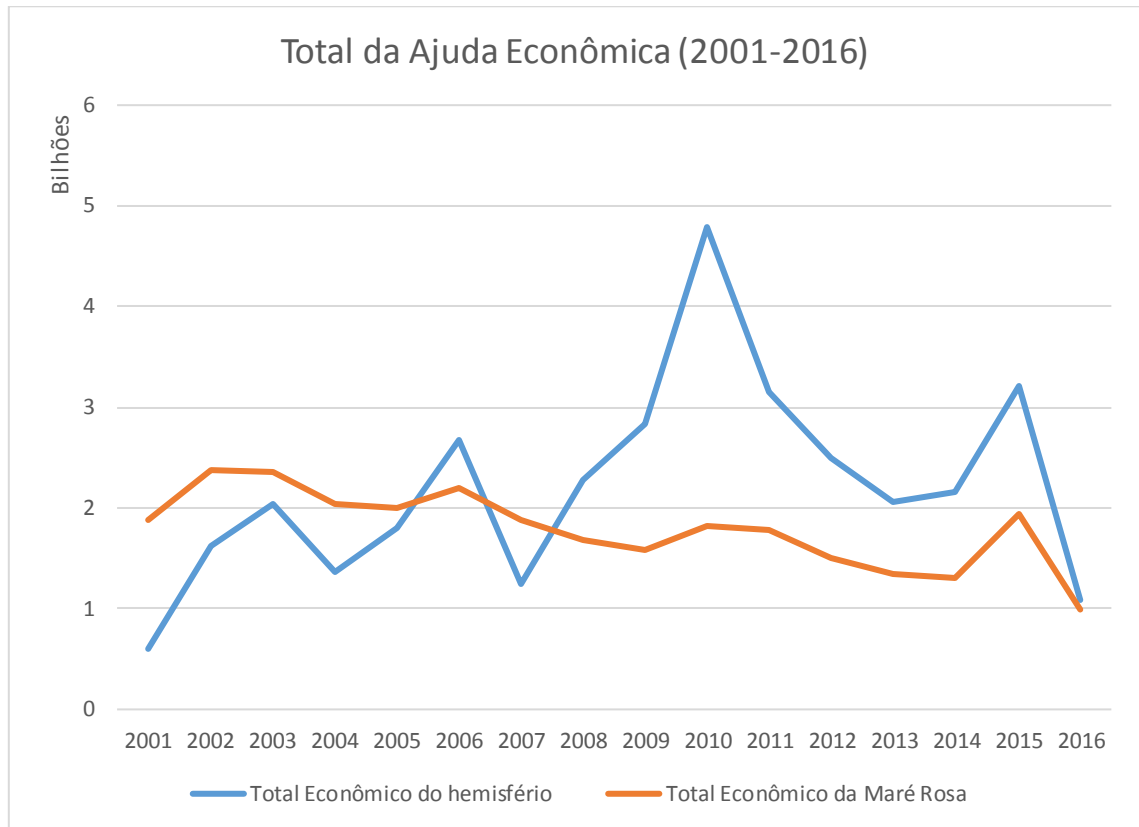
Gráfico 2 Comparação da ajuda militar



Fonte: Feito pelo autor com dados da FAE

No que tange a ajuda econômica, o gráfico 3 mostra também uma tendência de queda nos países da Maré Rosa. A forte queda de 2007-2008 coincide com Crise Global de 2007.

⁶³ Neste caso ficam de fora as seguintes regiões: Caribe, América Central e Caribe, América Central, América Latina, América do Norte, América Central e do Norte, América do Norte e Região do Hemisfério Ocidental

Gráfico 3 Comparação da ajuda econômica

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE.

Novamente o podemos observar que o pico coincide com o auge da Maré Rosa e dos governos progressistas na região.

Na tabela 12 temos o total de ajuda econômica recebida por agência. Nos países que não fazem parte da Maré Rosa a ajuda econômica é recebida quase que na totalidade por duas agências: o Department of State (44,25%) e a USAID (43,76%). Já nos países da Maré Rosa a USAID é encarregada por quase 60% do total da ajuda econômica. O Department of State é responsável menos da metade que no caso anterior (totalizando 18,85%). Destaque para a Millennium Challenge Corporation que salta de 0% do grupo anterior para 7,28% para os países da Maré Rosa.

Tabela 11 Comparação da ajuda econômica por agência (2001-2016)

TOTAL DA AJUDA ECONÔMICA POR AGÊNCIA (2001-2016)			
Hemisfério Ocidental		MARÉ ROSA	
AGÊNCIA	% DO TOTAL	AGÊNCIA	% DO TOTAL
Department of State	44.25%	USAID	59.66%
USAID	43.76%	Department of State	18.85%
Dept. of Health and Human Services	4.53%	Millennium Challenge Corporation	7.28%
Department of Defense	2.61%	Department of Agriculture	5.94%
Peace Corps	1.37%	Peace Corps	3.18%
Department of Energy	1.24%	Inter-American Foundation	1.13%
Department of Agriculture	0.55%	Department of Labor	0.88%
Department of the Interior	0.44%	Department of Energy	0.79%
Trade and Development Agency	0.32%	Dept. of Health and Human Services	0.79%
Inter-American Foundation	0.31%	Trade and Development Agency	0.59%
Department of Labor	0.30%	Department of the Treasury	0.39%
Department of the Treasury	0.11%	Department of Defense	0.19%
Department of Justice	0.11%	Department of Justice	0.14%
Department of Homeland Security	0.04%	Department of the Interior	0.14%
Department of the Army	0.01%	Environmental Protection Agency	0.02%
Department of Transportation	0.01%	Department of Homeland Security	0.02%
Environmental Protection Agency	0.01%	Department of Commerce	0.01%
Department of Commerce	0.01%	Federal Trade Commission	0.00%
Federal Trade Commission	0.00%	Department of Transportation	0.00%
Millennium Challenge Corporation	0.00%		
Total Geral	100.00%	Total Geral	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

De acordo com a tabela 13 os países do hemisfério ocidental têm como o combate ao narcotráfico e o Estado de Direito/Direitos Humanos como principais setores da ajuda econômica. O combate ao narcotráfico também está em primeiro lugar nos países da Maré Rosa, mas em menor proporção. De uma maneira geral a ajuda econômica está melhor distribuída entre os setores desse grupo.

Tabela 12 Comparação por setor (DAC) 2001-2016

TOTAL DE AJUDA ECONÔMICA POR SETOR (DAC) 2001-2016			
HEMISFÉRIO OCIDENTAL		MARÉ ROSA	
SETOR	%	SETOR	%
Counter-Narcotics	26.74%	Counter-Narcotics	15.83%
Rule of Law and Human Rights	22.90%	Agriculture	10.54%
Protection, Assistance and Solutions	9.43%	Direct Administrative Costs	7.80%
HIV/AIDS	6.59%	Rule of Law and Human Rights	6.86%
Agriculture	3.58%	Good Governance	6.72%
Direct Administrative Costs	3.42%	Social Services	5.24%
Good Governance	3.11%	Protection, Assistance and Solutions	4.80%
Humanitarian Assistance - General	2.56%	Infrastructure	4.26%
Social Services	2.56%	Other Public Health Threats	4.12%
Stabilization Operations and Security Sector Reform	2.35%	Basic Education	2.59%
Outros	16.75%	Outros	31.24%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE.

Por último, mas não menos importante, há a comparação entre os canais de ajuda utilizados na tabela 11.

Tabela 13 Comparação entre os canais utilizados (2001-2016)

AJUDA ECONÔMICA POR CANAL (2001-2016)			
HEMISFÉRIO OCIDENTAL		MARÉ ROSA	
CANAL E SUBCANAL	%	CANAL E SUBCANAL	%
Government	56.87%	Government	42.16%
Government - United States	56.16%	Government - United States	38.41%
Government - Non United States	0.71%	Government - Non United States	3.75%
Enterprises	19.72%	Enterprises	26.29%
Enterprises - United States	17.22%	Enterprises - United States	21.40%
Enterprises - Non United States	2.50%	Enterprises - Non United States	4.89%
NGO	14.51%	NGO	21.85%
NGO - United States	10.05%	NGO - United States	13.33%
NGO - International	3.23%	NGO - Non United States	4.98%
NGO - Non United States	1.23%	NGO - International	3.54%

Multilateral	6.71%	Multilateral	3.77%
Multilateral - Other	3.53%	Multilateral - United Nations	1.97%
Multilateral - United Nations	3.04%	Multilateral - Other	1.76%
Multilateral - World Bank Group	0.08%	Multilateral - Regional Development Banks	0.02%
Multilateral - Regional Development Banks	0.07%	Multilateral - World Bank Group	0.02%
		Multilateral - IMF	0.00%
Church and Faith Based	1.42%	Church and Faith Based	3.25%
Church and Faith Based - United States	1.37%	Church and Faith Based - United States	2.27%
Church and Faith Based - Non US	0.05%	Church and Faith Based - Non US	0.98%
Universities and Research Institutes	0.76%	Universities and Research Institutes	2.43%
Universities and Research Institutes - United States	0.72%	Universities and Research Institutes - United States	2.02%
Universities and Research Institutes - Non United States	0.04%	Universities and Research Institutes - Non United States	0.41%
Public and Private Partnerships	0.01%	Networks	0.25%
Networks	0.00%	Public and Private Partnerships	0.00%
Total Geral	100.00%	Total Geral	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

Os canais mais utilizados pelo hemisfério ocidental foram o governo e as empresas. Esse também foi o caso dos países da Maré Rosa, mas em menor proporção. Chama a atenção o aumento importante nos canais de ONG, Igrejas e Religiosos, e Universidades e Institutos de Pesquisa nos países da Maré Rosa.

4.3 O padrão de ajuda para países selecionados

Nesse último tópico iremos analisar o padrão de ajuda para dois países. Como não convém detalhar a ajuda recebida por todos os países envolvidos iremos focar na Colômbia e na Venezuela.

4.3.1 Colômbia

A Colômbia foi selecionada por ser o país que mais recebe ajuda externa dos EUA, tanto militar como econômica. Ela também é país que melhor representa a rivalidade com a “esquerda ruim” da Maré Rosa. Aliada histórica dos EUA, a Colômbia é vizinha de duas “esquerdas ruins”: a Venezuela e o Equador.

O momento que melhor representa isso foi o governo do direitista Álvaro Uribe (2002-2010). As relações Colômbia-Ecuador se deterioraram ao ponto mais baixo em 2008 quando aviões militares colombianos invadiram e bombardearam o território equatoriano contra uma base das FARC. Nesse acontecimento Hugo Chávez acusou a Colômbia de "flagrante violação da soberania do Equador" e chegou inclusive a mobilizar tropas na fronteira com a Colômbia⁶⁴.

As relações Colômbia-Venezuela tem um histórico de relações bilaterais difícil, que envolvem disputas territoriais antigas⁶⁵. Ainda no primeiro ano do Governo Chávez o governo colombiano concedeu asilo político ao golpista Pedro Carmona⁶⁶. Outros momentos importantes foram: a suspensão, por parte da Colômbia, da negociação tripartite entre Colômbia, Venezuela e as FARC para a troca de prisioneiros e reféns; o aumento das tensões no caso da invasão aérea do Equador e o rompimento de relações diplomáticas depois da Colômbia acusar na OEA a Venezuela de abrigar e proteger guerrilheiros das FARC.

Em 2008 a Colômbia assinou um acordo militar que permite a criação de 8 bases militares estadunidenses em território colombiano (que permitirá a presença de 800

⁶⁴ G1. Entenda o conflito entre Venezuela, Equador e Colômbia. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL335062-5602,00-ENTENDA+O+CONFLITO+ENTRE+VENEZUELA+EQUADOR+E+COLOMBIA.html>. Acesso em 15 mar 2018.

⁶⁵ O mais grave delas foi na chamada Crisis de la Corbeta Caldas em 1987.

⁶⁶ CARACOL RÁDIO. Colômbia concede asilo político a Pedro Carmona. Disponível em : http://caracol.com.co/radio/2002/05/27/nacional/1022450400_032766.html. Acesso em: 16 março de 2018.

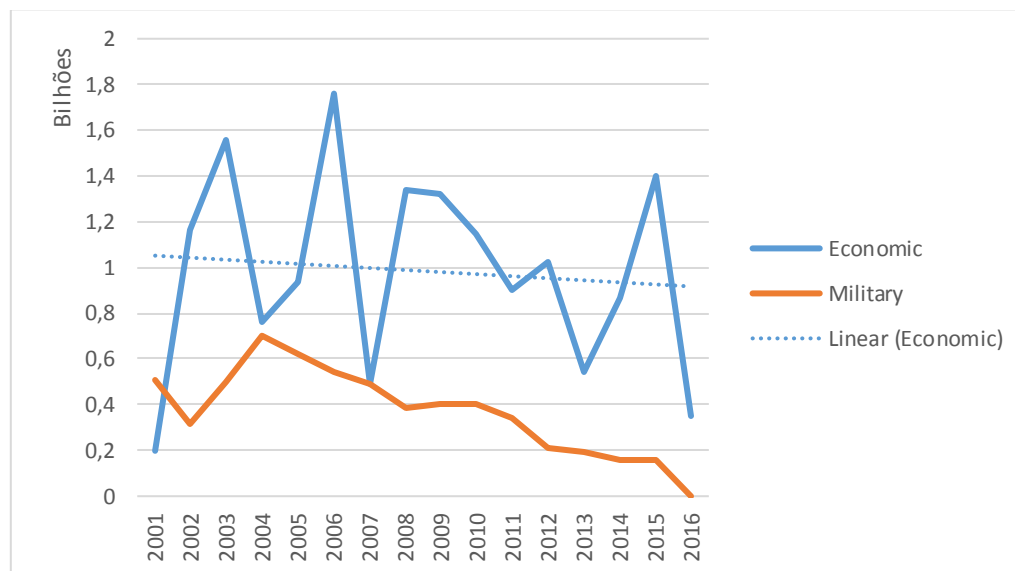
⁶⁷ Foi ele quem assumiu por 28h o governo venezuelano no golpe fracassado de 2002.

soldados e mais 600 civis)⁶⁸. A escolha da Colômbia foi uma alternativa ao fechamento da base de Manta, no Equador, em 2009⁶⁹.

Ramonet (2010) mostra que esses acontecimentos tem um *timing* muito interessante sobre a Colômbia tem sido a ponta de lança dos interesses estadunidenses na região: em 2008 as forças colombianas atacam o Equador; em 2008 a base de Manta, no Equador, não tem o seu acordo renovado; em 2009 Colômbia permite que os EUA criem várias bases militares em seu país; no mesmo ano é reativado a IV Frota (desativada desde 1948 e que tem como objetivo patrulhar o Atlântico Sul); em 2010 Colômbia e Venezuela rompem relações diplomáticas por acusações de envolvimento com as FARC.

Segue abaixo o padrão de ajuda para a Colômbia entre 2001 e 2016.

Gráfico 4 Total de ajuda recebida pela Colômbia



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

⁶⁸ FOLHA. Bases dos EUA na Colômbia ameaçam governos revolucionários, diz Evo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/10/646078-bases-dos-eua-na-colombia-ameacam-governos-revolucionarios-diz-evo.shtml>>. Acesso em 16 de março de 2018.

⁶⁹ REVISTA FORUM. Bases militares de Washington e Moscou na América Latina. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/digital/149/bases-de-washington-e-moscou-na-america-latina/>>. Acesso em 10 de abril de 2018.

Tabela 14 Colômbia: total de ajuda militar por agência e subagência (2001-2016)

AGÊNCIA E SUBAGÊNCIA	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
Department of Defense	5911785108	99.57%
Office of Counternarcotics	4204967176	70.82%
Defense Security Cooperation Agency	1706542592	28.74%
Army Corp of Engineers	275340	0.00%
Department of the Navy	17175942	0.29%
Department of the Air Force	8232124	0.14%
Total Geral	5937193174	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

No quesito ajuda militar o foco é em segurança e no combate ao narcotráfico.

Tabela 15 Colômbia: total econômico por agência

AGÊNCIA E SUBAGÊNCIA	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
Department of State	10815953757	68.68%
International Narcotics and Law Enforcement Affairs	10415114810	66.13%
Population, Refugees, and Migration	283452452	1.80%
Bureau of Diplomatic Security	46959064	0.30%
Political-Military Affairs	30428927	0.19%
National Endowment for Democracy	27700316	0.18%
Democracy, Human Rights, and Labor	6912393	0.04%
Counterterrorism Coordinator	4383189	0.03%
Bureau of Educational and Cultural Affairs	883980	0.01%
Trafficking in Persons	118626	0.00%
U.S. Agency for International Development	4712879901	29.93%
Bureau for Latin America and Caribbean	4375034605	27.78%
Bureau for Democracy, Conflict and Humanitarian Assistance	324273521	2.06%
Outros	219889590	1.40%
Total Geral	15748723248	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

Na ajuda econômica, ao contrário do observado em outros países, a maior origem é do Department of State e com foco no narcotráfico.

Tabela 16 Colômbia: total econômico por categoria(USG)

Categoria (USG)	VALORES(em US\$)	% DO TOTAL
Counter-Narcotics	9365039024	59.47%
Rule of Law and Human Rights	3096099415	19.66%
Protection, Assistance and Solutions	809618093	5.14%
Agriculture	612474603	3.89%
Stabilization Operations and Security Sector Reform	411031535	2.61%
Social Services	386580436	2.45%
Direct Administrative Costs	311188904	1.98%
Policies, Regulations, and Systems	167540018	1.06%
Good Governance	146304519	0.93%
Outros	442846701	2.28%
Total Geral	15748723248	100.00%

Fonte: Elaborador pelo autor com dados da FAE

Tabela 17 Colômbia: total econômico por categoria (DAC)

CATEGORIA (DAC)	VALOR TOTAL(em US\$)	% DO TOTAL
Governance	11549435524	73.34%
Other Social Infrastructure and Services	7794987225	49.50%
Narcotics control	7214451807	45.81%
Social/ welfare services	524258174	3.33%
Employment policy and administrative management	56084588	0.36%
Culture and recreation	192656	0.00%
Government and Civil Society, General	3348054319	21.26%
Legal and judicial development	2977252213	18.90%
Human rights	156023730	0.99%
Public sector policy and administrative management	82202893	0.52%
Outros	132575483	0.84%
Conflict Prevention & Resolution, Peace and Security	406393980	2.58%
Reintegration and SALW control	330806357	2.10%
Civilian peace-building, conflict prevention and resolution	40421267	0.26%
Removal of land mines and explosive remnants of war	19796700	0.13%

Security system management and reform	15369656	0.10%
Agriculture	2760912964	17.53%
Humanitarian	811530442	5.15%
Other	471216135	2.99%
Infrastructure	63232668	0.40%
Economic Growth	51349306	0.33%
Education	22041016	0.14%
Commodity Assistance	11969208	0.08%
Health and Population	7035985	0.04%
Total Geral	15748723248	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

Tabela 18 Colômbia: total econômico por canal (2001-2016)

CANAL	VALOR TOTAL(em US\$)	% DO TOTAL
Government	10826299127	68.74%
Government - United States	10791294300	68.52%
Government - Non United States	35004827	0.22%
Enterprises	2766473910	17.57%
Enterprises - United States	2597470206	16.49%
Enterprises - Non United States	169003704	1.07%
Multilateral	1081204937	6.87%
Multilateral - Other	766158075	4.86%
Multilateral - United Nations	311949395	1.98%
Multilateral - World Bank Group	2977109	0.02%
Multilateral - Regional Development Banks	120358	0.00%
NGO	990303026	6.29%
NGO - United States	771178255	4.90%
NGO - International	118589908	0.75%
NGO - Non United States	100534863	0.64%
Universities and Research Institutes	51605162	0.33%
Universities and Research Institutes - United States	48808779	0.31%
Universities and Research Institutes - Non United States	2796383	0.02%
Church and Faith Based	32837086	0.21%
Church and Faith Based - United States	24344334	0.15%

Church and Faith Based - Non United States	8492752	0.05%
Total Geral	15748723248	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

De uma maneira geral a ajuda destinada a Colômbia é feita via governo e sempre ligada ao combate as drogas.

4.3.2 Venezuela

A Venezuela é talvez o principal país da Maré Rosa (e sem dúvida o principal da “esquerda ruim”). A chegada de Hugo Chávez ao poder em 1999 marca o início da Maré Rosa. Forte opositor do imperialismo estadunidense na região, Chávez foi um forte promotor da integração latino-americana e caribenha. Crítico ferrenho do neoliberalismo, ele buscou um desenvolvimento econômico e social alternativo: O Socialismo do Século XXI.

Sua relação com Washington sempre foi difícil: a Revolução Bolivariana, seu apoio a Cuba e ao Irã, os atritos com a Colômbia e sua retórica agressiva contra os presidentes dos EUA e denúncias de intervenção deste país em assuntos internos acabou por manter relações diplomáticas distantes.

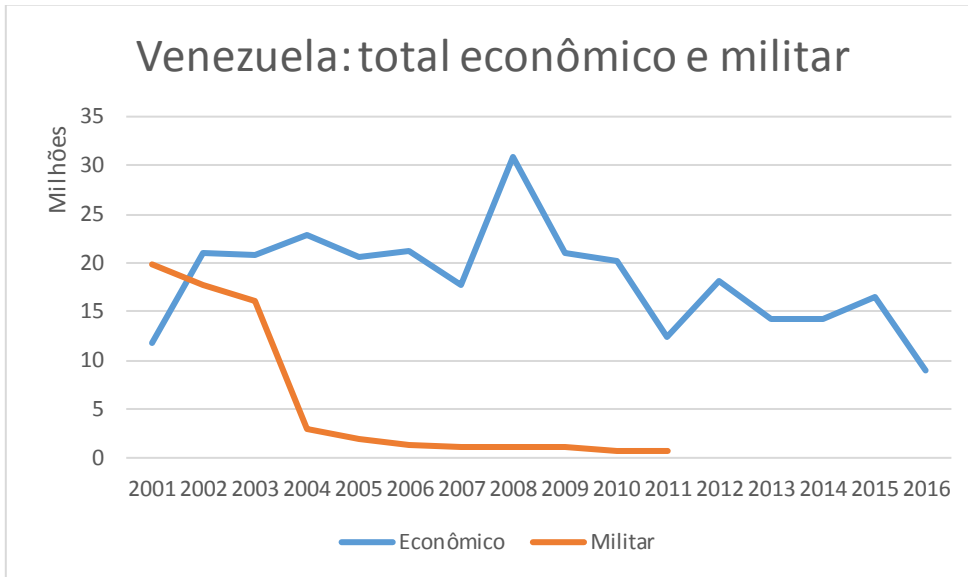
Em um telegrama de 2006 vazado pelo Wikileaks o foco da estratégia em relação a Venezuela seriam 5: “ *The strategy's focus is: 1) Strengthening Democratic Institutions, 2) Penetrating Chavez' Political Base, 3) Dividing Chavismo, 4) Protecting Vital US business, and 5) Isolating Chavez internationally*” (TELESUR, 2014). No governo Maduro a situação não melhorou, chegando inclusive a expulsar diplomatas em várias ocasiões.

Em 2012, junto a outras lideranças da ALBA, a Venezuela anunciou a expulsão da

USAID e o fim de suas atividades no seu país. O motivo é a constante interferência em assuntos internos e a instrumentalização de grupos opositores contra o governo⁷⁰.

Além de liderança política na região, a Venezuela detém a maior reserva comprovada de petróleo de mundo⁷¹.

Gráfico 5 Venezuela: total econômico e militar (2001-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

A ajuda econômica segue uma tendência de queda enquanto a militar sofre uma brusca queda em 2004 e cessa em 2011.

Tabela 19 Venezuela: total militar por agência

AGÊNCIA E SUBAGÊNCIA	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
Department of Defense	\$64,723,290	100.00%
Office of Counternarcotics	\$60,411,196	93.34%
Defense Security Cooperation Agency	\$4,312,094	6.66%
Total Geral	\$64,723,290	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE.

⁷⁰ NEW YORK TIMES. Bolivian president expels USAID agency. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2013/05/02/world/americas/bolivian-president-expels-us-aid-agency.html>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

⁷¹ Informação importante, ainda mais que essa reserva está a poucos dias de navio dos EUA, o maior mercado consumidor de petróleo do mundo.

Tabela 20 Venezuela: total econômico por agência

AGÊNCIA	VALORES(em US\$)	% DO TOTAL
U.S. Agency for International Development	\$184,548,314	63.07%
Bureau for Democracy, Conflict and Humanitarian Assistance	\$135,831,388	46.42%
Civilian peace-building, conflict prevention and resolution	\$63,168,122	21.59%
Democratic participation and civil society	\$52,683,170	18.00%
Legislatures and political parties	\$7,226,633	2.47%
Human rights	\$3,929,289	1.34%
Elections	\$2,217,410	0.76%
Public sector policy and administrative management	\$2,204,633	0.75%
Multisector aid	\$1,820,120	0.62%
Administrative costs (non-sector allocable)	\$1,724,949	0.59%
Material relief assistance and services	\$857,062	0.29%
Bureau for Latin America and Caribbean	\$48,706,452	16.64%
Democratic participation and civil society	\$21,149,891	7.23%
Multisector aid	\$7,338,015	2.51%
Media and free flow of information	\$6,498,668	2.22%
Human rights	\$6,156,478	2.10%
Elections	\$3,809,284	1.30%
Public sector policy and administrative management	\$2,453,607	0.84%
Administrative costs (non-sector allocable)	\$1,300,509	0.44%
USAID Bureau - Other	\$10,474	0.00%
Department of State	\$93,319,234	31.89%
National Endowment for Democracy	\$39,947,104	13.65%
Democratic participation and civil society	\$11,903,446	4.07%
Public sector policy and administrative management	\$9,011,702	3.08%
Media and free flow of information	\$3,973,266	1.36%
Human rights	\$3,718,046	1.27%
Elections	\$2,981,224	1.02%
Decentralisation and support to subnational government	\$2,318,958	0.79%
Legislatures and political parties	\$1,581,222	0.54%
Legal and judicial development	\$1,529,030	0.52%
Business support services and institutions	\$1,482,876	0.51%

Women's equality organisations and institutions	\$510,146	0.17%
Civilian peace-building, conflict prevention and resolution	\$271,894	0.09%
Social/ welfare services	\$165,376	0.06%
Agricultural development	\$161,380	0.06%
Disaster prevention and preparedness	\$128,124	0.04%
Anti-corruption organisations and institutions	\$124,854	0.04%
Security system management and reform	\$85,560	0.03%
International Narcotics and Law Enforcement Affairs	\$36,501,226	12.47%
Democracy, Human Rights, and Labor	\$10,129,717	3.46%
Public sector policy and administrative management	\$5,331,755	1.82%
Democratic participation and civil society	\$4,088,328	1.40%
Employment policy and administrative management	\$709,634	0.24%
Population, Refugees, and Migration	\$6,088,156	2.08%
Trafficking in Persons	\$311,428	0.11%
Bureau of Educational and Cultural Affairs	\$255,364	0.09%
Intelligence and Research	\$86,481	0.03%
Bureau of Diplomatic Security	-\$242	0.00%
Trade and Development Agency	\$5,732,863	1.96%
Inter-American Foundation	\$5,416,158	1.85%
Department of Health and Human Services	\$1,644,877	0.56%
Department of Homeland Security	\$744,832	0.25%
Department of the Interior	\$737,188	0.25%
Department of the Treasury	\$481,436	0.16%
Department of Justice	\$650	0.00%
Total Geral	\$292,625,552	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

Tabela 21 Venezuela: total econômico por categoria(USG)

CATEGORIA	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
Civil Society	\$87,313,815	29.84%
Conflict Mitigation and Reconciliation	\$63,334,652	21.64%
Rule of Law and Human Rights	\$51,247,261	17.51%
Counter-Narcotics	\$33,106,770	11.31%
Political Competition and Consensus-Building	\$17,295,284	5.91%

Direct Administrative Costs	\$12,476,965	4.26%
Protection, Assistance and Solutions	\$6,955,692	2.38%
Agriculture	\$2,222,268	0.76%
Good Governance	\$2,200,407	0.75%
Democracy, Human Rights, and Governance - General	\$2,082,262	0.71%
Outros	\$14,390,176	4.92%
Total Geral	\$292,625,552	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

Tabela 22 Venezuela: total econômico por setor (DAC) 2001-2016

Setor DAC	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
Governance	\$257,972,450	88.16%
Conflict Prevention & Resolution, Peace and Security	\$63,525,576	21.71%
Civilian peace-building, conflict prevention and resolution	\$63,440,016	21.68%
Security system management and reform	\$85,560	0.03%
Government and Civil Society, General	\$160,066,529	54.70%
Democratic participation and civil society	\$89,982,903	30.75%
Public sector policy and administrative management	\$19,321,390	6.60%
Human rights	\$14,115,241	4.82%
Media and free flow of information	\$10,471,934	3.58%
Elections	\$9,007,918	3.08%
Legislatures and political parties	\$8,807,855	3.01%
Legal and judicial development	\$4,923,894	1.68%
Decentralisation and support to subnational government	\$2,318,958	0.79%
Anti-corruption organisations and institutions	\$606,290	0.21%
Women's equality organisations and institutions	\$510,146	0.17%
Other Social Infrastructure and Services	\$34,380,345	11.75%
Narcotics control	\$33,106,770	11.31%
Employment policy and administrative management	\$709,634	0.24%
Social/ welfare services	\$503,455	0.17%
Multisector aid for basic social services	\$60,486	0.02%
Other	\$16,217,581	5.54%
Humanitarian	\$7,083,816	2.42%
Economic Growth	\$4,857,250	1.66%
Health and Population	\$3,264,438	1.12%

Agriculture	\$1,867,751	0.64%
Infrastructure	\$1,362,266	0.47%
Total Geral	\$292,625,552	100.00%

Ao contrário da Colômbia, que tem a sua ajuda econômica o foco no combate ao narcotráfico, a ajuda econômica venezuelana tem como foco a sociedade civil e a governança. Ganha destaque questões como participação democrática, eleições, *Peace-building* civil e Estado de Direito.

Tabela 23 Venezuela: total econômico por canal (2001-2016)

CANAL	VALORES (em US\$)	% DO TOTAL
NGO	\$159,021,057	54.34%
NGO - United States	\$139,062,712	47.52%
NGO - Non United States	\$19,958,345	6.82%
Enterprises	\$83,954,174	28.69%
Enterprises - United States	\$77,895,685	26.62%
Enterprises - Non United States	\$6,058,489	2.07%
Government	\$43,664,671	14.92%
Government - United States	\$43,664,671	14.92%
Multilateral	\$3,649,614	1.25%
Multilateral - Other	\$3,470,385	1.19%
Multilateral - United Nations	\$179,229	0.06%
Church and Faith Based	\$2,208,824	0.75%
Church and Faith Based - United States	\$2,208,824	0.75%
Universities and Research Institutes	\$127,212	0.04%
Universities and Research Institutes - United States	\$127,212	0.04%
Total Geral	\$292,625,552	100.00%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAE

O principal canal de ajuda econômica são ONG's com origem nos Estados Unidos. A expulsão da USAID, a dificuldade de diálogo com o Department of State e a desconfiança generalizada dos órgãos oficiais do governo dos Estados Unidos faz com que o uso de ONG's seja o canal que melhor responda as políticas de ajuda externa para a Venezuela.

CONCLUSÃO

A ajuda externa dos Estados Unidos nasceu em razão da Segunda Guerra Mundial e foi pensada para a Europa. Durante a Guerra Fria ela passou por diversas mudanças para se adaptar ao terceiro mundo. E foi em razão da América Latina que importantes mudanças aconteceram a moldaram as instituições de ajuda externa estadunidenses.

Das principais agências doadoras, todas existem para oficialmente atender e representar os interesses do Estados Unidos. Todas elas estão, em alguma medida, a serviço da Política Externa. A Ajuda Externa não é um fim em si mesmo, ela é claramente um instrumento de Política Externa que tenta encobrir a sua verdadeira face.

Um dado interessante que essa pesquisa trouxe é a maior parte da ajuda externa classificada como econômica está na verdade ligada ao combate às drogas e à governança (principalmente em questões de democracia⁷² e a Estado de Direito).

O fato da ajuda externa ser guiada por questões políticas, e não puramente humanitárias, faz com que a alocação de recursos seja priorizada por interesses estratégicos. Um exemplo disso foi a alta concentração de recursos em poucos países.

A utilização em maior proporção de recursos da USAID nos países da Maré Rosa é um indicativo de que essa agência vem cumprindo parte da sua trajetória histórica: ser uma agência “independente” que presta auxílio de modo a se manter, oficialmente, mais distante dos humores do governo dos EUA. Governos mais alinhados com os EUA não precisam acobertar essa relação e recebem mais recursos via Department of State.

Com o fim da Guerra Fria a caça aos comunistas se tornava uma justificativa cada vez menos legítima. Com a Guerra ao Terror no começo do terceiro milênio os antigos traficantes foram rebatizados de narcoterroristas. Isso foi conveniente por dois motivos: o primeiro é que o novo nome é de fácil associação ao “novo inimigo mundial”, o

⁷² Uma democracia muito mais ligada ao que é ditado pelos EUA do que uma democracia com participação mais direta dos cidadãos.

terrorismo; o segundo é que justifica grandes gastos militares. Esses gastos militares podem levar à securitização de problemas sociais ligadas ao neoliberalismo.

A desproporcional ajuda externa que a Colômbia recebe é compatível com a ideia de RUDLOFF et al (2013) de que países que são vizinhos e rivais dos rivais americanos tendem a receber mais ajuda econômica e militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, J. Will the Pink Tide Lift All Boats? Latin American Socialisms and Their Discontents. Democratic Socialists of America. Disponível em https://www.dsusa.org/will_the_pink_tide_lift_all_boats. Acesso em 01 de junho de 2018.

ALESINA, Alberto; DOLLAR, David. Who gives foreign aid to whom and why?. NBER Working Paper. Cambridge, junho de 1998.

ALLARD, A; GOLINGER, E. USAID, NED y CIA. La agresión permanente. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la información, 2009.

ARMJO, L. E; KATADA, S. N. The Financial Statecraft of Emerging Power. Shield and Sword in Asia and Latin America. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014

AYERBE, L.F. Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia. São Paulo-SP: UNESP, 2002.

BALDWIN, David A. Economic Statecraft. Surrey-UK: Princeton University Press, 1985.

BLACKWILL, R. D.; HARRIS, J. M. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Londres: Harvard University Press, 2016

BLANCHARD, J. F; RIPSAN, N. M. A Political Theory of Economic Statecraft. Foreign Policy Analysis, Oxford: v. 4, 2008.

BORON, Atilio A. América Latina en la geopolítica del imperialismo. Buenos Aires-Argentina: Luxemburgo, 2013.

CARACOL RÁDIO. Colômbia concede asilo político a Pedro Carmona. Disponível em : http://caracol.com.co/radio/2002/05/27/nacional/1022450400_032766.html. Acesso em: 16 março de 2018.

CASTAÑEDA, J. G. Latin America's Left Turn. Foreign Affairs. Nova York, v. 85, n.3, 2006.

CHAN, Steve; DRURY, A. C. Sanctions as Economic Statecraft: An Overview. In: _____. Sanctions as Economic Statecraft: Theory and Practice. Hampshire: Palgrave, 2000.

CHODOR, T. Neoliberal hegemony and the pink tide in Latin America. Breaking with TINA?. Hampshire: Palgrave, 2015.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Foreign Aid: International Donor Coordination of Development Assistance. Washington, 2013.

[Defense Security Cooperation Agency. Mission, Vision and Values. Disponível em <http://www.dsca.mil/about-us/mission-vision-values>.](http://www.dsca.mil/about-us/mission-vision-values) Acesso em 14 de junho de 2018.

DREZNER, D. W. The Sanctions Paradox. Economic Statecraft and International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FAE. STATUS. Disponível em < <https://explorer.usaid.gov/about.html#tab-status>>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

FOLHA. Bases dos EUA na Colômbia ameaçam governos revolucionários, diz Evo. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/10/646078-bases-dos-e-ua-na-colombia-ameacam-governos-revolucionarios-diz-evo.shtml>>. Acesso em 16 de março de 2018.

G1. Entenda o conflito entre Venezuela, Equador e Colômbia. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL335062-5602,00-ENTENDA+O+CONFLITO+ENTRE+VENEZUELA+EQUADOR+E+COLOMBIA.html>. Acesso em 15 março 2018.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1971. 384 páginas.

GARDINI, G; LAMBERT, P. Latin American Foreign Policies. Between Ideology and Pragmatism. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.

GARDNER, R. The Marshall Plan fifty years later: three what-ifs and when. In: SCHAIN, M. (org). The Marshall Plan:fifty years later. New York: Palgrave, 2001

GUESS, G. M. THE POLITICS OF UNITED STATES FOREIGN AID. Oxon, Routledge, 2011.

HIGGINBOTTOM, A. The Political Economy of Foreign Investment in Latin America. Dependency Revised. Latin America Perspectives, v. 40, 2013.

IBER, O. The two lefts of Jorge Castañeda. Dissent Magazine, 2016. Disponível em > <https://www.dissentmagazine.org/article/the-two-lefts-of-jorge-castaneda/>. Acesso em 26 de maio de 2018.

LANCASTER, C; DUSEN, A. V. Organizing the U.S. Foreign Aid. Confronting the Challenges of the Twenty-first Century. Washington: The Brookings Institution, 2005.

LAWSON, L. L. Does Foreign Aid Work? Efforts to Evaluate U.S. Foreign Assistance. Congressional Research Service, 2013

- MARINI, RUI M. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARJIT, S; MUKHERJEE V. *POVERTY, UTILIZATION OF FOREIGN AID AND CORRUPTION: THE ROLE OF REDISTRIBUTIVE POLITICS*. In: LAHIRI, S. *Theory and Practice of Foreign Aid*. Oxford: Elsevier, 2007.
- MCGLADE, J. *A single path for European recovery? American business debates and conflicts over the Marshall Plan*. In: SCHAIN, M. (org). *The Marshall Plan: fifty years later*. New York: Palgrave, 2001.
- MERCOSUL. *Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul (Ushuaia II)*, 20 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2486/1/ushuaia_ii.pdf> . Acesso em 02 de mai de 2018.
- MERCOSUL. *Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul (Ushuaia II)*, 20 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2486/1/ushuaia_ii.pdf> . Acesso em 04 de dezembro de 2013.
- NEW YORK TIMES. *Bolivian president expels USAID agency*. Disponível em < <https://www.nytimes.com/2013/05/02/world/americas/bolivian-president-expels-us-aid-agency.html>>. Acesso em 01 de junho de 2018.
- ONU. *Carta das Nações Unidas, 1945*. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/docs/carta_da_onu.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2018.
- OSPINA, Hernando Calvo. *A CIA e o terrorismo de Estado: Cuba, Vietnã, Angola, Chile, Nicarágua*. Florianópolis: Insular, 2013.
- PIMENTA, G. F; ARANTES, P. C. *Rethinking Integration in Latin America: the “Pink Tide” and the Post-neoliberal Regionalism*. FLACSO. Buenos AIRES, 2014.
- RAMONET, Ignácio. *EUA já têm 13 bases militares em torno da Venezuela*. Carta Maior, 2010. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-ja-tem-13-bases-militares-em-torno-da-Venezuela/6/13404>>. Acesso em 10 de junho de 2018
- REVISTA FORUM. *Bases militares de Washington e Moscou na América Latina*. Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/digital/149/bases-de-washington-e-moscou-na-america-latina/>>. Acesso em 10 de abril de 2018.
- RHENALS M., Remberto and MARTINEZ, Luis Esteban. *La ayuda internacional al desarrollo: retórica y realidad*. *Perf. de Coyunt. Econ.* [online]. 2009, n.14, pp. 9-50. ISSN 1657-4214.

RICHARDS, Lynn. The Context of Foreign Aid: Modern Imperialism. *Review of Radical Political Economics*, v. 9 n. 4, 1977.

RUDLOFF et al. Countering Adversaries and cultivating friends: indirect rivalry factors and the allocation of US foreign aid. *Cooperation and Conflict*: v. 48, n.3, 2013

SANTOS, Theotônio dos. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA:UM BALANÇO HISTÓRICO E TEÓRICO. Disponível em < [Http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/283339/mod_resource/content/1/ateoriada_dependencia.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/283339/mod_resource/content/1/ateoriada_dependencia.pdf) >. Acessado em 10/03/2016.'

SIMON, S. A. A. De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação a Europa (1944-1952). *Relações Internacionais no Mundo atual*: v.2 n. 14, 2011.

STEIL, B; LITAN, R. E. *Financial Statecraft. The role of financial markets in American foreign policy*. Londres: Yale University Press, 2006.

TAFFET, J. F. *Foreign Aid as Foreign Policy. The Alliance for Progress in Latin America*. Nova York, Routledge, 2007.

TARNOFF, Curt; LAWSON, M. L. *Foreign Aid: An introduction to U.S. Programs and Policy*. Washington: Congressional Research Service, 2011.

TARP, Finn. *Foreign Aid and Development. Lessons learnt and directions for the future*. Londres: Routledge, 2000.

TELESUR. USAID in Latin America: More Than Just Aid. Disponível em : < <https://www.telesurtv.net/english/analysis/USAIDin-Latin-America-More-Than-Just-Aid-20141027-0055.html>. Acesso em 10 de junho de 2018.

US. FOREIGN ASSISTANCE ACT de 1948. Disponível em <<http://legisworks.org/sal/62/stats/STATUTE-62-Pg137.pdf>>. Acesso em 02 de março de 2018.

US. FOREIGN ASSISTANCE ACT DE 1961. Disponível em: < https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pcaab142.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2018.

US. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington: White House, 2002. Disponível em <https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2018.

USAID. *Foreign Aid Explorer: The official record of U.S. foreign aid*. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/data.html>. Acesso em 02 de janeiro de 2018.

USAID. USAID History. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/who-we-are/usaids-history>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

USAID. USAID History. Disponível em: < <https://www.usaid.gov/who-we-are/usaids-history>>. Acesso em 03 de maio de 2018.

VIEIRA, Rosângela de Lima. O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista . Marília : Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

YALE AVALON PROJECT. President Woodrow Wilson's Fourteen Points. Disponível em http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp. Acesso em 01 mai. 2018.